

2023

RELATÓRIO
DE
SUSTENTABILIDADE





Índice de Conteúdos

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	06	GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO	58
GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS	08	GRI 407: LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA	58
1. A ORGANIZAÇÃO E AS SUAS PRÁTICAS DE REPORTE	08	GRI 408: TRABALHO INFANTIL	58
2. ATIVIDADES E COLABORADORES	09	GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO	59
3. GOVERNANÇA	11	GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA	59
GRI 3: TEMAS MATERIAIS	25	GRI 411: DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS	59
GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO	27	GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS	60
GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO	30	GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES	64
GRI 203: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS	30	GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS	65
GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRA	30	GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR	65
GRI 205: ANTI-CORRUPÇÃO	31	GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM	66
GRI 206: CONCORRÊNCIA DESLEAL	32	GRI 418: PRIVACIDADE DO CLIENTE	66
GRI 207: TRIBUTOS	32		
GRI 301: MATERIAIS	33		
GRI 302: ENERGIA	35		
GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES	37		
GRI 304: BIODIVERSIDADE	39		
GRI 305: EMISSÕES	40		
GRI 306: RESÍDUOS	42		
GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES	46		
GRI 401: EMPREGO	47		
GRI 402: RELAÇÕES DE TRABALHO	48		
GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	48		
GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO	54		
GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	56		

Índice de Tabelas

Tabela 1: Produtos vendidos da QA discriminados por cliente-alvo	09
Tabela 2: Caracterização da cadeia de fornecedores	10
Tabela 3: Caracterização dos trabalhadores em 2023	10
Tabela 4: Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comités	12
Tabela 5: Total de preocupações cruciais comunicadas, por natureza	15
Tabela 6: Casos de não conformidade com leis e regulamentos	21
Tabela 7: Principais resultados da avaliação de satisfação dos trabalhadores	23
Tabela 8: Medidas propostas para cada âmbito da estratégia de sustentabilidade	26
Tabela 9: Valor económico direto gerado distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€)	27
Tabela 10: Valor económico distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€)	28
Tabela 11: Apoio financeiro recebido em 2023	29
Tabela 12: Caracterização da comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	31
Tabela 13: Quantidade de casos de corrupção confirmados e das medidas tomadas	32
Tabela 14: Tipos e quantidades de materiais utilizados em 2023	33
Tabela 15: Descrição e quantificação dos produtos e embalagens reaproveitados em 2023	34
Tabela 16: Discriminação do consumo total de combustíveis, por fonte	35
Tabela 17: Discriminação da captação total de água, por fonte	37
Tabela 18: Caracterização dos resíduos não destinados para deposição final, em 2023	44
Tabela 19: Caracterização dos resíduos destinados para deposição final, em 2023	45
Tabela 20: Análise dos fornecedores quanto a impactos ambientais negativos	46
Tabela 21: Taxa de rotatividade de trabalhadores contratados em 2023, por sexo e faixa etária	47
Tabela 22: Dados referentes à licença de maternidade/paternidade	48
Tabela 23: Indicadores de atividade do Serviço de Medicina do Trabalho	50
Tabela 24: Dados referentes ao sistema de gestão de SST	51
Tabela 25: Indicadores sobre acidentes de trabalho	52
Tabela 26: Total de acidentes de trabalho por tipo de ausência, dias perdidos e índices aplicáveis em 2023	53
Tabela 27: Indicadores sobre doenças profissionais	53
Tabela 28: Média de horas de capacitação para os trabalhadores, discriminada por sexo e por categoria profissional	54
Tabela 29: Distribuição de novos trabalhadores por sexo e por faixa etária	57
Tabela 30: Proporção entre o salário-base e a remuneração, por sexo, para cada categoria profissional	57
Tabela 31: Compilação dos programas de desenvolvimento local e dos planos de envolvimento das partes interessadas	61
Tabela 32: Indicadores de atividade no EPSCB-F	63
Tabela 33: Análise dos fornecedores quanto a impactos sociais negativos	64

Índice de Figuras

Figura 1: Setores de atuação em 2023	09
Figura 2: Identificação das partes interessadas	23
Figura 3: Objetivos definidos para a estratégia de sustentabilidade 2022-2025	25
Figura 4: Distribuição de consumo de água por área de exploração, em ML	38
Figura 5: Distribuição da produção de emissões diretas de CO2, em toneladas métricas	40
Figura 6: Distribuição da tipologia de resíduos produzidos, em toneladas métricas	43
Figura 7: Distribuição do número total de novas contratações por sexo e por faixa etária	47
Figura 8: Distribuição percentual da avaliação de desempenho regular recebida, por categoria profissional	55
Figura 9: Distribuição percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança por sexo e por categoria profissional	56

Lista de Acrónimos e Abreviaturas

CBNS	Colégio Barão de Nova Sintra
CHCF	Centro Hospitalar Conde de Ferreira
CIAD	Centro Integrado de Apoio à Deficiência
CNSE	Colégio Nossa Senhora da Esperança
CP	Casa da Prelada
DCF	Departamento de Contabilidade e Finanças
DGAP	Departamento de Gestão Administrativa e do Património
DGOSI	Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação
DIS	Departamento de Intervenção Social
DRHFP	Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional
e-GAR	Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos
EPSCB-F	Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GAJC	Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GMC	Gabinete de Marketing e Comunicação
GRC	Gabinete Religioso e Culto
GJ	Gigajoules
GRI	Global Reporting Initiative
HP	Hospital da Prelada
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ITAU	Instituto Técnico de Alimentação Humana
ML	Megalitros
MMIPO	Museu e Igreja da Misericórdia do Porto
NPISA Porto	Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto
OGR	Operador de Gestão de Resíduos
PPRCIC	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PAM	Parque Avides Moreira

QA	Quinta D'Alva
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
SCMP	Santa Casa da Misericórdia do Porto
SPeC	Serviços Partilhados e Corporativos
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
UO	Unidades Operacionais

Introdução

No decorrer do ano de 2023, muitas foram as atividades da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) que, sem nunca descurar a sua missão, os seus valores e a sua história, continuou a desenvolver atividades e projetos no sentido de cuidar e proteger os desvalidos, que depositam na Instituição a esperança de verem satisfeitas as suas necessidades basilares.

Ao longo de 524 anos, a SCMP assumiu um papel de relevo em várias áreas, não apenas na área social, mas também na cultura e, sobretudo, na saúde, entre outras. Neste sentido, a Instituição demonstra ser uma organização ativa, capaz de se superar, de inovar e de se reinventar a cada novo desafio, merecendo assim a confiança que a sociedade nela deposita.

O presente relatório contém as ações realizadas, desafios e medidas implementadas nas diversas áreas de atuação, durante 2023. Encontra-se estruturado com base nas normas *Global Reporting Initiative* (GRI), com o objetivo de fornecer um quadro abrangente dos seus impactos mais significativos na economia, no meio ambiente e nas pessoas. Assim, as secções apresentadas estão de acordo com os títulos das normas, tendo-se procurado dar respostas aos respetivos requisitos e orientações.



GRI 2: Conteúdos Gerais

1. A Organização e as suas Práticas de Reporte

Detalhes da Organização

(2-1)

A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, também designada SCMP ou Misericórdia do Porto, foi fundada a 14 de março de 1499 segundo o direito canónico, de acordo com o disposto no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto.

Está registada em conformidade com a lei civil, tendo o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), pelo que é reconhecida como entidade da economia social.

A sua sede situa-se no Centro Corporativo, denominado como Serviços Partilhados e Corporativos (SPeC), sito na rua Joaquim de Vasconcelos, 79, Porto.

A atividade é desenvolvida em Portugal, maioritariamente na cidade do Porto. Adicionalmente, também são realizadas atividades nos concelhos de Matosinhos e de Freixo de Espada à Cinta.

Entidades Incluídas no Reporte de Sustentabilidade da Organização

(2-2)

Para a elaboração do presente relatório, e por forma a dar resposta às normas GRI, foram considerados os contributos fornecidos pelas Unidades Operacionais (UO) e pelos departamentos/gabinetes que compõem a SCMP, nomeadamente:

- Casa da Prelada (CP)
- Colégio Nossa Senhora da Esperança (CNSE)
- Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF)
- Departamento de Gestão Administrativa e do Património (DGAP)
- Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (DGOSI)
- Departamento de Intervenção Social (DIS)
- Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional (DRHFP)
- Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo – Feminino (EPSCB-F)

- Gabinete de Auditoria Interna (GAI)
- Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC)
- Gabinete do DPO (DPO)
- Gabinete de Marketing e Comunicação (GMC)
- Gabinete Religioso e Culto (GRC)
- Hospital da Prelada (HP)
- Museu e Igreja da Misericórdia do Porto (MMIPO)
- Parque Avides Moreira (PAM)
- Quinta D'Alva (QA)

Período de reporte, frequência e ponto de contacto

(2-3)

A elaboração do relatório de sustentabilidade da SCMP é anual. Neste sentido, o de 2023 contém o reporte de atividades nessa matéria respeitante ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro desse ano, estando alinhado com o período do reporte financeiro, que pode ser consultado no Relatório de Gestão e Contas de 2023, que faz parte integrante do presente relatório.

As informações relatadas e constantes nas várias secções para o efeito foram obtidas até ao mês de janeiro de 2024.

Na eventualidade de qualquer dúvida e/ou questão sobre as informações constantes neste relatório, dever-se-á contactar os responsáveis pelo mesmo através do endereço de correio eletrónico sustentabilidade@scmp.pt ou contacto telefónico da Instituição: +351 220 924 422.

Reformulações de Informações

(2-4)

Não foram efetuadas reformulações de dados reportados em períodos anteriores.

Verificação Externa

(2-5)

Não é prática da SCMP recorrer a verificações externas para o reporte de sustentabilidade, pelo que não está definida nenhuma política para o efeito.

2. Atividades e Colaboradores

Atividades, Cadeia de Valor e outras Relações de Negócios (2-6)

Setores de Atuação

Na Figura 1 apresentam-se os setores de atividade em que a SCMP atua, de acordo com o sistema de classificação *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*.

Agricultura
Arrendamento
Artes e Cultura
Educação
Saúde
Social

Figura 1: Setores de atuação em 2023

Para além dos setores de atuação identificados na figura supra, a SCMP agrega, ainda, as áreas de Justiça e do Ambiente.

Descrição da Cadeia de Valor

As atividades realizadas e os serviços prestados podem ser consultados no Relatório de Gestão e Contas de 2023, que faz parte integrante do presente relatório. No que concerne aos produtos da SCMP, destacam-se os produtos da QA destinados para venda, que se apresentam na Tabela 1 por tipo de produto e os clientes-alvo desses produtos.

Descrição	Cliente
Laranjas	SCMP Instituto Técnico de Alimentação Humana (ITAU)
Tangerinas	SCMP ITAU
Uvas de mesa	SCMP ITAU
Uvas de vinho	SOGRAPE
Azeitona	PORTTABLE
Amêndoa	SCMP
Outros produtos	SCMP

Tabela 1: Produtos vendidos da QA discriminados por cliente-alvo



No que respeita à cadeia de fornecedores da SCMP, na Tabela 2 apresenta-se a caracterização dos mesmos, de acordo com os dados recolhidos.

Estrutura de fornecedores	Descrição
Tipos de fornecedores	Informação indisponível
N.º estimado de fornecedores para cada nível da cadeia	Informação indisponível
Tipos de atividades cujos produtos e serviços da SCMP são realizadas pelos seus fornecedores	Serviços de alimentação, limpeza, segurança privada, subcontratos clínicos, lavandaria e conservação e reparação
Natureza das relações de negócios com os fornecedores	Informação indisponível
Características setoriais específicas da sua cadeia de fornecedores	Informação indisponível
Valor monetário estimado de pagamentos efetuados aos fornecedores	33.607.729 €
Localização geográfica dos fornecedores	Aproximadamente 99% estão baseados em Portugal Continental, no qual 95% são da área metropolitana do Porto, cuja distância é inferior a 100 km da SCMP, o que permite controlar melhor a cadeia de abastecimento, como também evitar uma pegada de carbono elevada.

Tabela 2: Caracterização da cadeia de fornecedores

Colaboradores (2-7)

O número total de trabalhadores é de 1246, no qual 308 correspondem ao sexo masculino e 938 ao sexo feminino. Na Tabela 3 apresenta-se a discriminação do total de empregados, por sexo e por tipo de vínculo contratual, não tendo sido possível discriminar por região.

Indicadores	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Descrição Total
N.º de trabalhadores a contrato sem termo	268	792	1060
N.º de trabalhadores a contrato incerto	8	34	42
N.º de trabalhadores a contrato a termo	32	113	144
N.º de prestadores de serviço a contrato	26	65	91
N.º de trabalhadores em tempo integral	298	937	1235
N.º de trabalhadores em tempo parcial	10	1	11

Tabela 3: Caracterização dos trabalhadores em 2023

Os dados apresentados foram compilados através da consulta na plataforma BI, tendo-se procedido à média anual do número de trabalhadores ativos em 2023.

Trabalhadores que não são empregados (2-8)

Informação indisponível – Não está compilado o número total de voluntários, cujo trabalho é controlado pela SCMP.

3. GOVERNANÇA

Estrutura de Governança e sua composição (2-9)

A estrutura de governança encontra-se definida no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto em vigor, que pode ser consultado na página oficial da SCMP.

Constituem Governo da SCMP, e seus Corpos Gerentes, a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Definitório, cujas competências se apresentam de seguida.

Assembleia Geral

Nos termos do disposto no artigo 37.º do referido Compromisso, para se ser membro da Assembleia Geral, é necessário ser Irmão e estar em pleno gozo dos seus direitos, sendo que esta Assembleia só pode ocorrer em primeira convocação, com a maioria dos Irmãos inscritos presentes.

Ao abrigo do disposto no artigo 40.º do mesmo instrumento, compete à Assembleia Geral definir as linhas orientadoras de atuação da SCMP; eleger os Corpos Gerentes; apreciar e votar as alterações ao Compromisso; julgar os processos de recurso de rejeição da admissão ou exclusão de Irmãos; autorizar a realização de empréstimos; destituir os Corpos Gerentes; apreciar e votar anualmente o Plano de Atividades e Orçamento e o Relatório de Gestão e Contas; deliberar sobre a aquisição onerosa ou alienação de imóveis e de outros bens de especial valor histórico ou artístico, e aprovar o Regulamento Eleitoral.

Mesa Administrativa

Segundo o n.º 2 do artigo 44.º, compete à Mesa Administrativa a designação de um Vice-Provedor e do Tesoureiro Geral. Compete, ainda, nos termos do artigo 50.º, promover atos conducentes à concretização dos fins da Irmandade; velar pela manutenção dos direitos, privilégios e regalias da Irmandade, e sobretudo, pela sua autonomia; cumprir todos os legados e obrigações a que a Irmandade esteja sujeita; regular a arrecadação de todos os bens, fundos, capitais e rendimentos da Irmandade e dar-lhes a devida aplicação e emprego; contribuir para o engrandecimento da Irmandade e da sua obra de solidariedade social; garantir a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Definitório; e admitir, rejeitar, suspender ou excluir Irmãos.

Para além disso, compete-lhe, ainda, manter atualizado o tomo dos irmãos; administrar os bens, obras e serviços da Irmandade; apreciar, discutir, alterar e aprovar os Orçamentos de Exploração e Investimento, Contas de Gerência, Relatórios de Gestão e Contas e Plano de Atividades e Orçamento; acompanhar a gestão e execução do orçamento; promover a arrecadação de receitas e a liquidação de despesas previstas no orçamento; deliberar sobre a aceitação das heranças, legados e donativos à Irmandade, bem como sobre o quadro de pessoal e respetivas remunerações, entre outros.

Definitório

Compete ao Presidente do Definitório a eleição do Vice-Presidente e do Secretário, que ocorre na primeira reunião, conforme o n.º 3 do artigo 54.º do Compromisso.

As competências do Definitório estão definidas no artigo 57.º, destacando-se, designadamente: fiscalizar o cumprimento da Lei, do Compromisso e das deliberações da Assembleia Geral; examinar as contas e respetivos documentos contabilísticos; apreciar e emitir parecer sobre o Orçamento, Demonstrações Financeiras e Relatório de Atividades; requerer a convocação da Assembleia Geral para deliberar sobre assuntos das suas competências; designar Irmãos que tenham sido membros de Corpos Gerentes anteriores para servirem como Mesários e autorizar a realização de despesas imprevistas.

Na Tabela 4 listam-se os órgãos e comissões do mais alto órgão de governança que são responsáveis pela tomada de decisão e pela supervisão da gestão dos impactos da SCMP na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

Órgão	Função	Membros
Mesa da Assembleia Geral	Presidente	Jorge Rui Moia Pereira Cernadas
	Vice-Presidente	José Manuel Lemos Pavão
	Secretário	António José Barbosa Samagaio
	Secretário	Victor Guilherme Barrosa Pereira Dias
	Provedor	António Tavares
	Vice-Provedor	Francisco Castelo Branco
Mesa Administrativa	Tesoureiro-Geral	Joaquim da Silva Vianez
	Mesário	Francisco Ribeiro da Silva
	Mesário	Manuel Pinto Teixeira
	Mesário	Maria Albertina Amorim Coelho
	Mesário	Nuno Paulo Fernandes Oliveira
Definitório	Presidente	António José Ramalho Monteiro
	Membro	Justino Cruz dos Santos
	Membro	José Carlos Pires Póvoas
	Membro	Alexandra Josefa Rodrigues Afonso
	Membro	Nuno Camilo Mota Oliveira
Comissão Executiva	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Castelo Branco
	Vogal	Jorge Lima
Conselho Executivo do Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF)	Presidente	Francisco Castelo Branco
	Vice-Presidente	Maria Albertina Amorim Coelho
	Vogal	Ângelo Duarte
	Vogal	Nuno Trovão
	Vogal	Ana Guimarães
Conselho Executivo do HP	Presidente	António Tavares
	Vogal	Varejão Pinto
	Vogal	Luís Matos
	Vogal	Filomena Maia
Conselho Executivo do EPSCB-F	Vogal	Jorge Lima
	Presidente	António Tavares
	Vogal	Manuel Belchior
Conselho Executivo Social	Vogal	Jorge Lima
	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Castelo Branco
	Vogal	Albertina Amorim
	Vogal	João Belchior
	Vogal	Jorge Lima

Órgão	Função	Membros
Conselho Executivo das Artes e Cultura	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Ribeiro da Silva
	Vogal	Pedro Nunes
	Vogal	Paula Aleixo
	Vogal	Jorge Lima
Conselho Executivo da Educação	Presidente	António Tavares
	Vogal	Nuno Oliveira
	Vogal	Sónia Rocha
	Vogal	Ricardo Rocha
Comissão de Ética para a Saúde	Presidente	José Almeida Lopes
	Vice-Presidente	António Rosmaninho Seabra
	Vogal	Amélia Ferreira
	Vogal	Cláudia Nascimento
	Vogal	Ana Isabel Campos
	Vogal	Jorge Cunha
	Secretária	Anabela Monteiro
	Assessoria Administrativa	Lídia Neves
Comissão de Auditoria	Presidente	Joaquim Vianez
	Vogal	António Monteiro
	Vogal	Jorge Lima
Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados	Presidente	Nuno Oliveira
	Vogal	Isabel Mendes
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Joaquim Sala
	Vogal	Rita Proença
Comissão de Programas e Projetos	Presidente	António Tavares
	Vogal	Jorge Lima
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Joana Silva
	Vogal	Ana Bastos
Comissão de Transição Digital e Modernização Administrativa	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Castelo Branco
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	André Sousa
	Vogal	Jorge Lima
Comissão de Avaliação Preliminar de Decisões de Investimento e Financiamento	Presidente	Joaquim Vianez
	Vogal	Manuel Figueiredo
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Cláudia Soares
	Vogal	André Sousa

Tabela 4: Composição do mais alto órgão de governação e dos seus comités

Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança (2-10)

O processo de nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados para selecionar os membros, estão definidos no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto e no Estatuto Orgânico da SCMP.

Assim, em conformidade com as disposições constantes nos referidos instrumentos:

- Os candidatos aos mais altos órgãos de governança devem apresentar os seus nomes em listas eleitorais, que deverão ser expostas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com pelo menos quinze dias de antecedência face à data das eleições;
- As eleições da Mesa da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório realizam-se, de quatro em quatro anos, por voto secreto dos Irmãos que venham a participar no ato;
- A Assembleia Eleitoral deve ser convocada pelo menos trinta dias antes do ato eleitoral;
- A Mesa Administrativa pode criar uma Comissão Executiva, a quem cabe a gestão corrente da Irmandade, executando e fazendo executar as suas deliberações, de acordo com os poderes que lhe forem delegados, e será composta pelo número de membros definidos e previstos;
- Os Órgãos de Gestão Estratégica da SCMP, nomeadamente, a Comissão Executiva e os Conselhos Executivos das respetivas áreas, são nomeados pela Mesa Administrativa;
- O Presidente de cada um dos Órgãos de Gestão Estratégica deverá nomear como secretário um dos elementos do Órgão, que será responsável pela elaboração das atas de reunião.

Presidente do mais alto órgão de governança (2-11)

Conforme ilustrado anteriormente (GRI 2-9), o Provedor, que dirige os trabalhos da Mesa Administrativa, em conformidade com o disposto no Regimento da Mesa Administrativa da SCMP, é também membro de outros cargos executivos da Instituição, no que respeita aos Órgãos de Gestão Estratégica, cujas funções encontram-se descritas no Estatuto Orgânico da SCMP.

Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos (2-12)

A Mesa Administrativa, no âmbito das suas competências, procede à análise e aprovação de propostas de trabalho, políticas e estratégias que visem promover os objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável, através dos canais para o efeito.

Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos (2-13)

A SCMP, pela sua missão e devido ao tipo de serviços que presta aos seus clientes, gera impactos significativos na economia, meio ambiente e nas pessoas, procurando minimizar os impactos prejudiciais que possam surgir. Neste sentido, por via de normativo interno ou deliberação superior, podem ser delegadas responsabilidades para o reporte e gestão dos impactos de determinadas matérias e nomeadas as pessoas para o efeito, de que são exemplos as aprovações de ações que a SCMP tem vindo a implementar em matéria de controlo de consumo energético, produção de resíduos, desperdício alimentar, entre outros.

No que concerne ao impacto no meio ambiente e na economia, o DGOSI procede mensalmente ao registo dos consumos de água, eletricidade, gás e produção de resíduos, com o intuito de detetar eventuais fugas e monitorizar os consumos exagerados, reportando periodicamente às respetivas UO, em formato de PowerPoint, os valores consumidos e faturados. Uma vez por ano, são realizadas auditorias internas em matéria ambiental a cada UO, sendo elaborados relatórios das mesmas e, posteriormente, enviados à Comissão Executiva para os devidos efeitos.

Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no reporte de sustentabilidade (2-14)

Nos termos das competências definidas no Estatuto Orgânico da SCMP, compete ao DGOSI o procedimento de recolha e análise de dados, bem como a elaboração do presente relatório. Este procedimento implica o envolvimento de cada área de atuação, através da nomeação de interlocutores, pelos respetivos superiores hierárquicos, que fornecem os dados relevantes para dar resposta aos requisitos das normas GRI aplicáveis.

O presente relatório foi revisto pela Direção do DGOSI e posteriormente submetido para análise e aprovação pela

Comissão Executiva, com vista a garantir a qualidade e credibilidade do mesmo. Após a análise, a Comissão Executiva enviou para a Mesa Administrativa, para posterior apresentação, em conjunto com o Relatório de Gestão e Contas, na Assembleia Geral.

Conflitos de interesse

(2-15)

A nível de processos existentes na Instituição para garantir que os conflitos de interesse são prevenidos e mitigados, destacam-se os seguintes:

- No início de cada trabalho de auditoria, por parte do GAI, decorrente da norma NP 1130:2008 – Prejuízo à Independência ou à Objetividade do Institute of Internal Auditors, a equipa selecionada assina um documento em que se compromete a não existir nenhum tipo de prejuízo pessoal em relação àquele trabalho, nomeadamente, o conflito de interesses. Adicionalmente, os trabalhadores com função de auditor interno estão inscritos no Instituto Português de Auditoria Interna;
- No âmbito dos trabalhos do GAJC, sempre que se tome conhecimento de um conflito de interesse, o mesmo é avaliado casuisticamente e é reportado superiormente ao órgão competente.

Comunicação de preocupações cruciais

(2-16)

No que respeita à comunicação de preocupações sobre a conduta organizacional na operacionalização da atividade e nas relações de negócios, existe um procedimento de comunicação e tratamento para o reporte de denúncias, ao abrigo da legislação em vigor. Neste sentido, foram reportadas 34 denúncias, das quais 25 foram consideradas procedentes relacionadas com o incumprimento dos normativos internos.

O referido procedimento é composto por quatro fases, que se apresentam de seguida:

Classificar

Após receção da denúncia, o Classificador procede à classificação de acordo com as seguintes categorias:

- Contratação pública;
- Branqueamento de capitais;
- Segurança e conformidade dos produtos;
- Segurança dos transportes;
- Proteção do ambiente;
- Segurança dos alimentos para consumo humano;

- Saúde pública;
- Defesa do consumidor;
- Proteção da privacidade e dos dados pessoais, segurança da rede e dos sistemas de informação;
- Proteção contra radiações e segurança nuclear;
- Assédio moral / sexual;
- Condutas que não estejam em conformidade com normas, regulamentos e/ou políticas e procedimentos internos da SCMP;
- Conflito de interesses;
- Crimes de corrupção e infrações conexas;
- Outros.

Uma vez classificada a denúncia, o classificador:

- Remete a denúncia ao responsável pelo tratamento do GAI; ou
- Remete a denúncia ao GAJC, caso os factos alegados na denúncia consubstanciem, em abstrato, a prática de um crime público;
- No caso de denúncias reportadas pelos restantes denunciantes (fornecedores/prestadores de serviços/contratantes, ex-trabalhadores, pessoas pertencentes a entidades de fiscalização ou de supervisão externas), o classificador realiza uma avaliação prévia da consistência da mesma e envia ao Provedor uma informação em que conste a respetiva classificação e vínculo do denunciante à SCMP, para decisão sobre o seguimento a dar-lhe.

Tratar denúncia

Após classificação e remissão da denúncia ao responsável pelo tratamento, este envia ao denunciante um aviso de receção, no prazo máximo de 7 dias a contar da receção da mesma.

Segue-se a fase de averiguação interna, no âmbito do qual o responsável pelo tratamento:

- Averigua o grau de credibilidade da denúncia, a natureza irregular do comportamento reportado, a viabilidade do processo de investigação e a identificação das pessoas envolvidas ou com conhecimento dos factos relevantes e que, por isso, devam ser confrontadas ou inquiridas;
- Realiza uma análise sobre a existência ou inexistência da infração, sendo admissíveis todas as provas que não sejam proibidas por lei.

Neste âmbito o responsável pelo tratamento pode requerer a colaboração dos vários departamentos/gabinetes e UO, para o apuramento dos factos contidos na denúncia.

No prazo de 3 meses, a contar da data da receção da denúncia, o responsável pelo tratamento comunica ao denunciante, de forma fundamentada, as medidas previstas ou adotadas para dar seguimento à mesma.

Comunicar as medidas adequadas ao tratamento da infração

No prazo de 10 dias úteis após a conclusão da averiguação interna, o responsável pelo tratamento das denúncias apresenta ao Provedor:

- Nota informativa com a identificação das medidas necessárias e adequadas ao tratamento da infração reportada; ou
- Nota informativa justificativa do arquivamento da denúncia;
- Proposta fundamentada de instauração de processo disciplinar e/ou de participação judicial, em observância dos prazos de caducidade e de prescrição, quando aplicável.

Se o denunciante exercer o direito ao acesso à análise efetuada à denúncia, o responsável pelo tratamento comunica ao denunciante o seu resultado, no prazo de 15 dias após a conclusão do tratamento da denúncia.

Caso se conclua pela prática de crime pelo denunciado, são remetidos ao GAJC os elementos constantes da denúncia e aqueles recolhidos no âmbito da averiguação interna, para que este Gabinete denuncie tal prática junto do Ministério Público, em harmonia com o disposto no artigo 242º do Código de Processo Penal.

Monitorizar

Após homologação pelo Provedor das medidas adequadas ao tratamento da infração reportada, o responsável pelo tratamento faz a monitorização da implementação das mesmas.

Para além do procedimento referido, na SCMP estão instituídos mecanismos e processos para que as preocupações cruciais sejam comunicadas ao mais alto órgão de governança, no que diz respeito aos impactos negativos, potenciais e reais, da Instituição nas partes interessadas. Assim, as principais preocupações são comunicadas em primeira instância ao Órgão Competente, por via telefónica, presencial (reuniões) ou escrita, mediante a elaboração de relatórios, emails, pareceres ou informações, dependendo da UO, serviço ou departamento/gabinete. Em função da sua natureza e nível de gravidade, poderão ser comunicadas à Mesa Administrativa.

Na Tabela 5 apresenta-se o número total, por natureza das preocupações cruciais, que foram comunicadas ao mais alto órgão de governança durante 2023.

Natureza	Total
Alerta para desvios significativos do executado relativamente ao orçamentado	4
Atraso do início do Programa Acolhimento Familiar	1
Avaliação económica e financeira da atividade do CNSE, por valência	1
Caracterização dos custos com a alimentação na SCMP	1
Crescente número de residentes com ação de acompanhamento, cujos poderes ao nível da gestão patrimonial são da responsabilidade da Direção do DIS	1
Conservação, restauro e digitalização de documentação com interesse histórico	2
Danos na infraestrutura do edifício do MMIPO, consequente das obras do Metro do Porto	Informação indisponível
Dificuldades na passagem de competências do Instituto da Segurança Social para a Câmara Municipal do Porto (recursos humanos, passagem do conhecimento, transferência de competências, entre outros)	1
Encerramento do Colégio Barão de Nova Sintra (CBNS)	1
Gestão das vagas extra acordo hospitalares, ao abrigo da Portaria n.º 38A/2023 de 2 de fevereiro	1
Gestão documental e eliminações	1
Implementação da política de arquivos numa ótica estratégica e de diálogo permanente em toda a Instituição	5
Implementação de política de cedências de espaço (interiores e exteriores) da CP e sua compatibilização com perfis de atividades e de promotores	2
Necessidade de alargamento do fornecedor, ao nível dos recursos humanos, para substituições temporárias	2
Necessidade de avaliação dos riscos psicossociais a que os trabalhadores estão sujeitos	2
Obras de requalificação do edificado do Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins	1
Plano de infraestruturas	1
Plano estratégico operacional Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - São Lázaro	1
Situação financeira da Instituição	8

Tabela 5: Total de preocupações cruciais comunicadas, por natureza

Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança (2-17)

A Mesa Administrativa reconhece a necessidade de a sustentabilidade e responsabilidade social estarem estrategicamente integradas na atividade da SCMP, pelo que, sempre que possível, é garantida a participação em atos públicos que abordam estas temáticas, usando, assim, a sua imagem pública para consolidar a sua importância.

Neste sentido, e fazendo jus à afirmação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2023, de 9 de junho, “a sustentabilidade é um desígnio global, mas exige sobretudo uma ação local”, são promovidos incentivos para a criação e participação ativa em várias atividades relacionadas com este tema, destacando-se, a título de exemplo, a participação do CHCF numa exposição sobre saúde mental, a convite do Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social (sustentabilidade social), e as várias palestras e conferências em que este estabelecimento participa, combatendo, assim, o estigma e promovendo a inclusão. Também se destacam a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas de Nossa Senhora da Misericórdia, que organizou uma visita ao Estádio do Dragão e ao Museu do Futebol Clube do Porto, e o Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD), cujos utentes assistiram a um espetáculo no Coliseu do Porto, potenciando a interação com a comunidade e a integração social.

Sendo prática institucional a celebração de datas comemorativas, em 2023 foram assinalados e divulgados, via comunicação interna, o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado a 5 de junho, e o Dia Nacional da Sustentabilidade, a 25 de setembro.

Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança (2-18)

Não aplicável - Não é realizada avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à supervisão da gestão dos impactos da SCMP na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

Políticas de remuneração (2-19)

Ao abrigo do artigo n.º 35 do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, o exercício dos cargos dos Corpos Gerentes é gratuito, mas justifica o pagamento das despesas deles derivadas.

Processo para determinação da remuneração (2-20)

O processo de desenvolvimento das políticas de remuneração existentes está definido no Contrato Coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Federação Nacional da Educação e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 14, de 15 de abril de 2023. Com a publicação da Portaria de extensão n.º 148/2023 de 31 de maio, este Contrato abrange todos os trabalhadores da Instituição.

Proporção da remuneração total anual (2-21)

A proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da SCMP e a remuneração total anual média de todos os trabalhadores (excluindo-se o mais bem pago) foi de 7,87. Por sua vez, a proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da SCMP e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os trabalhadores (excluindo-se o mais bem pago) é de 0.

Para o cálculo das proporções, os dados remuneratórios respeitantes ao período de janeiro a dezembro de 2023, nomeadamente, vencimento base e o subsídio de apoio à função, foram retirados da plataforma BI, mediante a utilização de tabelas dinâmicas.

Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável (2-22)

O ano de 2023 foi desafiante para a sociedade, tendo sido marcado por uma inflação incessante que continuamente retirou rendimentos às famílias; por aumentos consecutivos das taxas de juro que colocaram em causa o direito à habitação; por conflitos geopolíticos; por instabilidade política aquém e além fronteiras e por um conjunto de catástrofes naturais que a cada dia lembram a humanidade que a falta de cuidado com a Terra poderá alterar a sua existência tal como a conhecemos.

Estando certa da nobreza dos seus propósitos, a SCMP continua a demonstrar o seu firme compromisso com os valores que a regem há séculos, batendo-se quotidianamente por uma sociedade mais justa e equitativa, por um ambiente mais limpo e prezado, e por uma economia da qual todos sejam participantes, porque tal como disse o Papa Francisco “O nosso mundo precisa urgentemente de uma economia diferente. Aquela que faz viver e não mata, inclui

e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a destrua”. Neste sentido, continuamos a promover ações para cumprir o maior número de objetivos de desenvolvimento sustentável, de que são exemplos a compra de veículos elétricos, a primeira divulgação do Dia Nacional da Sustentabilidade, sensibilizando para a importância da implementação desses objetivos até 2030 e a dinamização da caminhada pela inclusão.

Desta forma, apresentamos o Relatório de Sustentabilidade com informações detalhadas sobre as atividades e iniciativas que desenvolvemos em 2023, por forma a cumprir o legado da SCMP por um mundo mais sustentável, garantindo sempre não só o apoio e integração das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, mas também o desenvolvimento da comunidade local.

A jornada da SCMP em direção a um mundo mais justo e sustentável está longe de terminar. Contudo, com a sua determinação, visão e generosidade aliada à vontade daqueles que acreditam na sua missão, conseguirá ir ainda mais longe.

Nesse sentido, nos próximos anos continuaremos a seguir os objetivos traçados na nossa Estratégia de Sustentabilidade definida para o quadriénio 2022-2025, onde nos comprometemos a aumentar a eficiência nos consumos de água e energia, para além de apostar em fontes de energia renováveis e na valorização de resíduos. As nossas metas passam, assim, por incentivar a integração da população mais vulnerável no mercado de trabalho e o empreendedorismo social, fomentando hábitos e comportamentos socialmente responsáveis. Prosseguiremos, deste modo, o caminho da inovação e transformação digital, otimizando os nossos processos, contribuindo cada vez mais para um sistema de economia circular.

O Provedor,
António Tavares

Compromissos de política (2-23)

O compromisso da SCMP em estabelecer uma conduta empresarial responsável reflete-se no seu Código de Ética e Conduta, no qual estão definidos princípios gerais, normas de conduta e linhas de orientação em matéria de ética e comportamento profissional, aplicáveis às atividades institucionais e ao relacionamento com as partes interessadas. Este Código prevê, assim, o respeito pelos direitos humanos, reconhecendo-os como fundamentais e universais, de que é exemplo a Declaração Universal dos Direitos Hum-

nos da Organização das Nações Unidas. O referido Código foi revisto em 2023, na sequência da necessidade de proceder à sua atualização, em conformidade com a legislação em vigor, e aprovado pela Comissão Executiva da SCMP. A sua comunicação aos trabalhadores resultou através dos mecanismos para o efeito, nomeadamente, através de alerta pela Comunicação Interna, e encontra-se publicado na página institucional, em www.scmp.pt, podendo ser acedido pelas suas partes interessadas.

Para além do Código, importa referir que a missão institucional e os serviços prestados visam promover a materialização dos dez princípios constantes no Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, em prol do respeito pelos direitos humanos internacionalmente reconhecidos, veja-se, por exemplo, a resposta social protocolada na Casa de Santo António, que se enquadra no artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, designadamente, que todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Também o Projeto Consórcio Social para a Inclusão, encerrado em 2023, tinha como um dos seus objetivos a contribuição para a inclusão socioprofissional de pessoas em situação de sem abrigo, independentemente da sua origem ou condição social, estando alinhado com o previsto no artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que refere que toda a pessoa tem direito ao trabalho.

Incorporação de compromissos de política (2-24)

O compromisso para uma conduta empresarial responsável em todas as atividades e relações de negócios consta no Código de Ética e Conduta da SCMP. Adicionalmente, a Mesa Administrativa procede à delegação de competências e respetivos métodos e metodologias para a concretização eficiente destes compromissos, através de deliberações, que geralmente, traduzem-se em políticas e procedimentos operacionais, como ferramentas de orientação para a seleção e envolvimento das partes interessadas. A definição de critérios para concurso e posterior seleção, bem como requisitos previstos nos cadernos de encargos aquando de contratualização de fornecedores, são exemplos desta conduta.

Processos para reparar impactos negativos (2-25)

Neste conteúdo, apresentam-se os processos existentes para reparar impactos negativos identificados, no qual a SCMP causou ou contribuiu para causar, designadamente:

Compromissos

- Extinção da utilização de velas no altar mor e em todos os locais que potenciam a deterioração do património, por forma a preservar a talha dourada, as imagens sacras e os têxteis das igrejas da SCMP. A adoção desta medida foi ampliada em 2023, resultante das recomendações do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, tendo sido adotada na plenitude na igreja privativa e está a ser adotada de forma gradual na igreja de Nossa Senhora da Esperança, até terminar o stock existente de velas. Nos pequenos espaços de culto já se encontra a ser utilizada exclusivamente a cera líquida;
- Digitalização dos documentos conservados ao longo do tempo em arquivo histórico, substituindo a consulta presencial por parte do público, para combater e minimizar os danos identificados decorrentes da consulta direta, tendo-se contabilizado um total de 19 documentos digitalizados;
- Aumento do tempo da duração das exposições temporárias no MMIPO, bem como agregação de informações dessas exposições, de modo a diminuir a produção de materiais, como, por exemplo, impressões de vinis, legendas e materiais de comunicação, que se traduzem em resíduos não recicláveis. Para além disso, tem vindo a ser feita uma investigação de novos suportes que permitam a reutilização;
- Reaproveitamento, em grande parte, das lonas utilizadas no exterior do MMIPO para comunicar as exposições patentes, para atividades artesanais. A primazia pela utilização das coleções da SCMP permite também reservar os suportes produzidos para utilizar em outras ocasiões;
- Incentivo para o empréstimo de materiais de exposições para outras UO, no qual, em 2023, foram emprestados vários pintos para a CP e para o HP;
- Encaminhamento de resíduos tóxicos gerados pela atividade para Operadores de Gestão de Resíduos (OGR) especializados para o efeito;
- Reforço, junto dos estabelecimentos da SCMP, para a necessidade de se realizarem os pedidos mensais de bens

atempadamente, por forma a que as notas de encomenda sejam enviadas todas em simultâneo para os diversos estabelecimentos, evitando, assim, entregas parceladas, que representam um maior impacto ambiental.

Abordagem para identificar e tratar queixas

Ao abrigo do despacho n.º 17/2019, o GAI receciona todos os incidentes ocorridos em todas as UO relacionados com óbitos, acidentes/quedas ou maus tratos de utentes. Trimestralmente, é elaborado um relatório com a análise estatística dos incidentes rececionados para que se possa tomar medidas preventivas nas UO, sendo avaliada a gravidade, causas, fatores de risco, local, hora e reincidência de incidentes em utentes. No caso do CHCF, são elaborados relatórios separadamente, uma vez que são analisados todos os eventos adversos que ocorrem nessa UO (para além de se considerar os anteriores, são analisadas fugas, erros de medicação e constrangimentos dos sistemas de informação). No ano de 2023 foram elaborados 8 relatórios com a análise estatística dos incidentes rececionados.

Por outro lado, os inquilinos têm ao seu dispor um contacto telefónico e eletrónico para identificar e abordar queixas relativas aos imóveis da SCMP.

Outros processos

Registaram-se 27 sinalizações de avarias e/ou estragos ao DGAP, via email, que impactaram o consumo de água, eletricidade e gás no CIAD.

Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações (2-26)

No que respeita ao aconselhamento sobre como implementar as políticas e práticas institucionais para uma conduta empresarial responsável, a SCMP dispõe de um canal (telefónico e e-mail) que permite o esclarecimento de dúvidas / questões sobre medidas a adotar na utilização de sistemas informáticos, internet, bem como apoiar no procedimento de ações a tomar perante suspeita de tentativa ou concretização de ataque informático.

No HP, é também possível procurar aconselhamento ou apresentar preocupações através da elaboração de relatórios, emails e/ou reuniões, bem como através de várias entidades, dependendo da matéria em questão, de que são exemplos a Comissão de Ética da SCMP e o Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos.

Por outro lado, no que concerne à existência de mecanismos para que os indivíduos apresentem preocupações relativas à conduta da Instituição, a SCMP dispõe de um canal de denúncias, que entrou em funcionamento no dia 2 de março de 2023, disponibilizado através de um link na página institucional, para que se possa comunicar, de forma segura, potenciais infrações, nos termos do Regulamento do Canal de Denúncias da SCMP.

CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

(2-27)

O GAI desenvolve processos de investigação onde são avaliados através de entrevistas, testes de conformidade e

recolha de evidências se os normativos internos e externos estão a ser cumpridos. Neste sentido, em 2023 foram desenvolvidos dezasseis trabalhos de auditoria que visaram avaliar a conformidade de determinada atividade com os regulamentos internos e externos.

Em relação a casos significativos de não conformidades que resultaram em sanções, coimas e multas, não existe o rastreamento da sua contabilização, pelo que não é possível reportar o seu número na Tabela 6, nem identificá los.

Indicador	Total
N.º de casos significativos de não conformidades com leis e regulamentos durante 2023, em que foram aplicadas multas	Informação indisponível
N.º de casos significativos de não conformidades com leis e regulamentos durante 2023, em que foram aplicadas sanções não monetárias	Informação indisponível
N.º de multas para casos de não conformidades com leis e regulamentos que ocorreram durante 2023	Informação indisponível
Valor monetário de multas para casos de não conformidades com leis e regulamentos que ocorreram durante 2023 e/ou ocorridos em períodos anteriores	2.720 €
N.º total de multas para casos de não conformidades com leis e regulamentos ocorridos em períodos anteriores	Informação indisponível

Tabela 6: Casos de não conformidade com leis e regulamentos

Participação em associações

(2-28)

Face à missão e objetivos da SCMP, apresenta-se a listagem de entidades com o qual estão celebrados parcerias e protocolos.

- ACEMBEX
- Agrupamento de Centros de Saúde
- Administração Regional de Saúde do Norte
- Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas
- Assistência Médica Internacional
- ÂNIMAS
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- As Conferências Vicentinas
- Associação Comercial do Porto
- Associação de Cuidadores de Lordelo do Ouro
- Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal
- Associação dos Albergues Noturnos do Porto
- Associação dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta
- Associação Portuguesa de Museologia
- Benéfica e Previdente
- Blueclinical
- Boehringer Ingelheim Healthcare Management Portugal
- Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta
- Câmara Municipal de Gondomar
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
- Câmara Municipal do Porto
- Cooperativa Agrícola dos Produtores Amêndoa de Trás-Os-Montes e Alto Douro
- Casa das Artes - Porto
- Castelbel
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- Centro Hospitalar Universitário São João
- Centro Social da Sé Catedral do Porto
- Centro Social da Vitória
- CICCOPN - Formação Profissional

- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- Colégio da Areosa
- Coliseu do Porto Ageas
- Comboios de Portugal
- Conservatório de Música do Porto
- Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Decathlon
- Diocese do Porto
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- Dragon Force
- Escola Profissional de Gaia
- Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto
- Escola Profissional Economia Social
- Escola Superior de Saúde
- Escola Superior de Enfermagem do Porto
- Escola Superior de Saúde Fernando Pessoa
- Escola Superior Saúde Santa Maria
- Espaço T - Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária
- Europa Nostra
- Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
- Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
- Faculdade de Medicina do Porto
- Family Search
- Federação Académica do Porto
- Federação Portuguesa de Rugby
- Fever
- Fundação Aga Khan Portugal
- Fundação Casa da Música
- Fundação de Serralves
- Fundação La Caixa
- Fundação Manuel António da Mota
- Futebol Clube do Porto
- Gray Line Porto
- Grupo de Ação Social do Porto
- Guarda Nacional Republicana
- Headout
- Igreja Franciscana
- INOVINTER
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
- Instituto da Segurança social
- Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
- Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Instituto Piaget
- Instituto Politécnico de Leiria
- Instituto Politécnico do Porto
- Instituto Superior de Serviço Social do Porto
- Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade
- Irmandade dos Clérigos
- ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- ISMAI – Universidade da Maia
- Junta de Freguesia de Lordelo
- Junta de Freguesia de Paranhos
- Lipor
- Livraria Lello
- Magic Train
- Miguel Trix
- Ministério da Saúde
- Movimento Transformers
- Multicare
- Mundo a Sorrir
- Museu do Vitral
- Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto
- O Coração da Cidade
- Obra Diocesana
- Operations Abroad Worldwide
- Ordem da Lapa
- Ordem dos Nutricionistas
- Ordem dos Psicólogos Portugueses
- Ordem Trindade
- Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos
- Palácio da Bolsa
- Paróquia do Bonfim
- Pista Mágica
- Profitecla
- Polícia de Segurança Pública
- Rancho Folclórico do Porto
- Rede Portuguesa de Museus
- Robbialac
- Santa Casa da Misericórdia de Amarante
- Shotgun
- Somar Esperança
- Sport Club do Porto
- Tradição e Qualidade
- Três séculos
- União das Misericórdias Portuguesas
- Universidade Católica
- Universidade da Beira Interior
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Universidade do Porto
- Universidade Fernando Pessoa
- Universidade Lusíada Porto
- Universidade Lusófona
- Universidade Portucalense

Abordagem para envolvimento de partes interessadas (2-29)

Sempre focada na prestação de serviços que melhorem e dignifiquem a condição humana das pessoas, particularmente dos mais vulneráveis, a SCMP tem como objetivo satisfazer as necessidades da comunidade da qual é parte integrante, mediante a prestação de serviços diversificados, tendo em vista as carências contemporâneas.

Na Figura 2 ilustra-se, por categoria, as partes interessadas com as quais a SCMP está envolvida, no âmbito da atividade prestada.

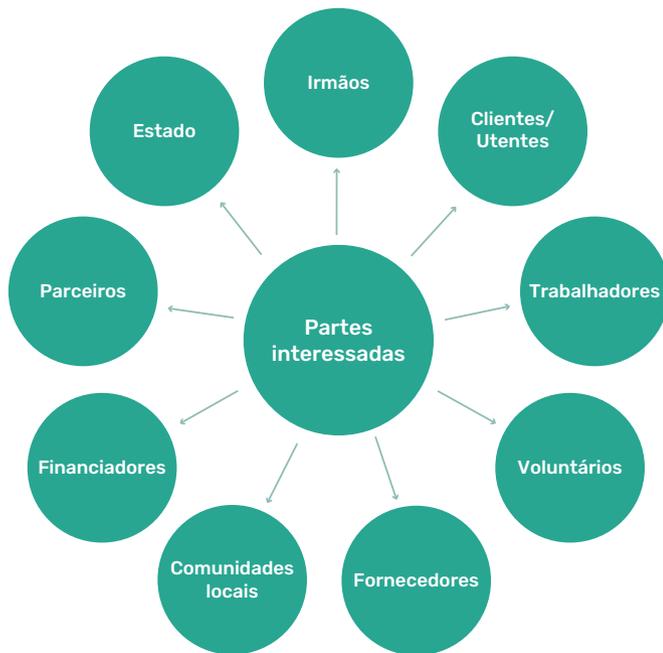


Figura 2: Identificação das partes interessadas

A preocupação incessante pela melhoria das condições de vida, e pela disponibilização de mais respostas sociais e de serviços com qualidade, leva a que a SCMP procure estar sempre em contacto com as suas partes interessadas, envolvendo-as nas suas ações quotidianas, com o propósito de perceber quais são as reais necessidades, preocupações, sugestões, opiniões e expectativas.

Enquanto ferramenta de gestão organizacional, o GMC tem como principal objetivo uniformizar tudo o que a Instituição comunica, pelo que presta serviços a todas as UO, exceto ao HP, estando interligado com a realidade de cada uma.

A pedido dos respetivos departamentos, são atualizados os documentos que constam na plataforma myGIAF (Portal do Colaborador) para consulta interna. Adicionalmente, é disponibilizado o Auditório D. Pedro IV para aluguer do espaço para a realização de eventos, podendo ser externos, em parcerias ou internos.

Neste sentido, por forma a garantir um envolvimento significativo com as partes interessadas, a SCMP dispõe de mecanismos para as auscultar e compreender as suas necessidades, nomeadamente, através de reclamações de inquéritos de satisfação dos trabalhadores e clientes. Adicionalmente, qualquer parte interessada pode contactar a Instituição através dos seguintes canais de comunicação:

- Geral: scmp@scmp.pt
- Marketing e Comunicação: marketing.comunicacao@scmp.pt
- Apoio ao Cliente: apoioaocliente@scmp.pt
- Sustentabilidade e Responsabilidade Social: sustentabilidade@scmp.pt

No que respeita aos seus trabalhadores, todos os procedimentos em matéria de gestão de recursos humanos, designadamente, gestão da assiduidade, avaliação de desempenho, estágios, seleção, recrutamento, acolhimento, integração, regulamentos, políticas, descrição e análise de funções, seguros, segurança e saúde no trabalho, entre outros, estão disponíveis no myGIAF. As iniciativas que envolvem participação direta dos trabalhadores, nomeadamente, questionário da avaliação da satisfação e avaliação do desempenho, são amplamente divulgadas através de infomails, cartazes, emails e mensagem a passar em rodapé no myGIAF, no qual também é feita a divulgação dos resultados. No questionário de satisfação do trabalhador, existe um espaço para comentários, observações e sugestões de melhoria. No momento da avaliação do desempenho, o trabalhador é envolvido na definição do seu plano de melhoria e no plano de formação. Está também prevista a avaliação da eficácia da formação, feita em articulação com a chefia.

Na Tabela 7 apresentam-se os resultados do inquérito da avaliação da satisfação referente ao ano de 2023 dos 278 trabalhadores que responderam (22,3% do total), numa escala de 1 a 5, no qual a recolha de respostas decorreu entre os dias 28/12/2023 e 28/01/2024.

Indicador	Total
Média geral de satisfação	2,9
Satisfação global com a Instituição	3,1
Satisfação com os processos de gestão	2,5
Satisfação com as condições de trabalho	2,9
Satisfação com a forma de liderança da chefia direta	3,3
Motivação para a melhoria contínua	3,5
Perceção acerca da realização e valorização do trabalho	4,2

Tabela 7: Principais resultados da avaliação de satisfação dos trabalhadores

No HP, é realizada mensalmente a avaliação de satisfação dos utentes, sendo aplicado um inquérito a 30 utentes de cada serviço, como forma de aferir a satisfação dos

mesmo, tendo-se registado um total de 1.669 inquéritos obtidos e um índice médio de satisfação de 4,7, numa escala de 1 a 5.

É, ainda, de destacar a atividade desenvolvida no EPSCB-F, ao abrigo do protocolo em vigor celebrado com o Estado. De forma a garantir um envolvimento significativo com as reclusas, as atividades desenvolvidas nas valências existentes vão para além do que se encontra previsto no protocolo. Veja-se, por exemplo, a valência de educação física, que contabilizou um total de 240 alunas inscritas, onde foram dinamizadas diversas modalidades, nomeadamente, rugby, ioga, reabilitação, dança, jogos e treino funcional. Adicionalmente, também se destaca a celebração de datas festivas, designadamente o dia internacional da mulher, o dia da mãe, a festa de São João e a festa de Natal.

Acordos de negociação coletiva (2-30)

O percentual do total de trabalhadores cobertos pelo Contrato Coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Federação Nacional da Educação e outros é de 100%.



GRI 3: Temas Materiais

Processo de definição de temas materiais (3-1)

A SCMP, desde há vários anos, tem vindo a renovar a sua estratégia em matéria de sustentabilidade, pelo que continua em vigor a Estratégia de Sustentabilidade 2022-2025. Esta estratégia foi desenvolvida com base em princípios orientadores e de boas práticas internacionais, que resultou na definição de objetivos estratégicos, alinhados com a missão, valores e direitos humanos, e contou com o acompanhamento direto de um membro da Gestão de Topo.

Para cada objetivo foram estabelecidas medidas que possam impactar positivamente na sustentabilidade ambiental, social e económica da Instituição, por forma a que a mesma continue a percorrer um caminho que garanta a preservação dos recursos a longo prazo, em prol das gerações futuras.

Lista de temas materiais (3-2)

É com base nos objetivos da estratégia referida, apresentados na Figura 3, que se pretende desenvolver a atividade, tornando a sustentabilidade um princípio orientador da sua ação.

Ambiente	Economia	Social
Promover a eficiência energética, bem como a redução do consumo de recursos naturais, dando prioridade à utilização de fontes renováveis de energia e à redução e valorização de resíduos produzido	Criar valor, viabilizando economicamente a Instituição	Planear e orientar os esforços no sentido de consolidar as operações da SCMP em satisfazer as necessidades e expectativas das suas partes interessadas

Figura 3: Objetivos definidos para a estratégia de sustentabilidade 2022-2025



Gestão dos temas materiais

(3-3)

Apresentam-se as medidas propostas para se atingir os objetivos definidos, mitigando impactos negativos na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

Âmbito	Medidas
Ambiente	Promover eficácia na gestão de resíduos
	Promover a utilização eficiente dos recursos e consumo sustentável
	Fomentar a transição para a utilização de fontes de energia renováveis
	Incentivar a mobilidade sustentável
Economia	Desenvolver a economia circular
	Criar enquadramentos políticos sólidos, com base em estratégias de desenvolvimento
	Promover o empreendedorismo social e a integração no mercado de trabalho da população mais vulnerável
	Desenvolver infraestruturas energeticamente sustentáveis
	Potenciar a recuperação e reabilitação do património da instituição, preservando o edificado da SCMP
	Assumir a inovação e transformação digital como fatores de melhoria no nível de eficiência dos processos
	Incluir critérios ambientais, sociais e de segurança nos processos de seleção e avaliação de fornecedores
Social	Implementar a norma voluntária NP ISO 26000:2011 na atividade
	Promover sociedades justas e mais inclusivas, fomentando hábitos e comportamentos responsáveis
	Aproximar os trabalhadores à Instituição (voluntariado corporativo)
	Criar enquadramentos políticos sólidos (fortalecimento do princípio da cooperação com a União das Misericórdias)
	Promover o empreendedorismo social e a integração no mercado de trabalho da população mais vulnerável

Tabela 8: Medidas propostas para cada âmbito da estratégia de sustentabilidade

GRI 201: Desempenho Económico

Valor económico direto gerado e distribuído (201-1)

Com base nas demonstrações financeiras apresentadas para o resultado do exercício do ano de 2023, as seguintes tabelas ilustram o valor económico direto gerado, por rubrica e Área de Exploração, e o valor económico distribuído, conforme o modelo analítico definido na SCMP.

Área de Exploração	Vendas e Serviços Prestados	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos	Juros e Rendimentos Similares Obtidos
Agricultura	215.753 €	63.242 €	12.537 €	0 €
Ambiente	14.696 €	5.839 €	7.037 €	0 €
Cultura	144.370 €	651 €	209.698 €	0 €
Educação	1.901.231 €	705.790 €	155.136 €	99 €
Ensino Especial	186.481 €	1.576.296 €	27.104 €	0 €
Justiça	1.982.731 €	0 €	18.032 €	0 €
Juventude	0 €	378.506 €	41.393 €	0 €
Projetos Especiais	472.182 €	564.055 €	1.817 €	0 €
Património de Rendimento	233.859 €	0 €	5.462.477 €	0 €
Saúde	39.079.140 €	1.387.976 €	1.690.958 €	0 €
Social	2.324.557 €	2.321.108 €	96.750 €	0 €
SPeC	33.015 €	256.271 €	96.958 €	54.157 €
Total	46.588.015 €	7.259.734 €	7.819.897 €	54.257 €

Tabela 9: Valor económico direto gerado distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€)

Área de Exploração	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Juros e Gastos Similares Suportados
Agricultura	6.164 €	79.392 €	119.071 €	3.795 €	2.135 €
Ambiente	535 €	166.378 €	151.219 €	2.821 €	1 €
Cultura	8.915 €	274.020 €	550.901 €	3.478 €	0 €
Educação	62.668 €	974.448 €	2.235.641 €	35.762 €	2 €
Ensino Especial	40.787 €	632.136 €	1.191.957 €	4.328 €	8 €
Justiça	401.866 €	999.786 €	593.298 €	87.856 €	5 €
Juventude	1.388 €	182.251 €	270.590 €	4.370 €	3 €
Projetos Especiais	322 €	709.040 €	425.500 €	1.810 €	0 €
Património de Rendimento	247 €	969.676 €	175.585 €	7.311 €	43.329 €
Saúde	5.149.504 €	15.321.967 €	20.824.511 €	314.625 €	7.287 €
Social	180.242 €	3.057.253 €	3.949.636 €	79.748 €	18 €
SPeC	9.295 €	804.993 €	3.560.941 €	94.403 €	236.541 €
Total	5.861.932 €	24.171.340 €	34.048.851 €	640.307 €	289.329 €

Tabela 10: Valor económico distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€)

O valor económico retido, que corresponde à diferença entre o valor económico direto gerado (61.721.903 €) e o valor económico distribuído (65.011.759 €), foi de -3.289.856 €.

Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas (201-2)

As alterações climáticas estão, em certa medida, a promover danos nas culturas, nomeadamente em termos de secas prolongadas e insolação das culturas. Neste sentido, registou-se degradação das plantas por choque térmico e baixas na produção, o que impacta a produção dos anos seguintes. Verificou-se, igualmente, o aparecimento de Cicadela nas vinhas, conseqüente do clima ter sido favorável, traduzindo-se em baixa do grau da uva. Contudo, as modificações do clima podem proporcionar a hipótese de adaptação de culturas mais rentáveis, sendo necessário, por isso, identificar, analisar e avaliar as mesmas.

Para atenuar os efeitos, foram implementadas medidas, designadamente tratamentos com cálcio e cobre, aplicação de protetor solar para plantas e aplicação de pesticidas.

Decorrente das alterações climáticas, salienta-se o risco do aumento de insetos, entre eles o inseto da Cicadela, decorrente da falta de geadas, bem como o florescimento mais cedo das amendoeiras, que poderá, ou não, ser um problema, dado que, por exemplo, se existirem chuvas, geadas ou granizo fora de época, pode baixar a produção, se não existirem poderá ter-se uma colheita normal antes do tempo.

Não foi possível quantificar as implicações financeiras das alterações descritas. Porém, o custo de algumas medidas tomadas para minimizar os danos referidos foi de, pelo menos, 671,07 €.

Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria (201-3)

Em 2023, o valor pago referente a pensões de antigos trabalhadores que ainda beneficiam dos descontos efetuados para a caixa privativa da SCMP foi de 144.945 €.

No que respeita ao plano de pré-aposentadoria, os trabalhadores beneficiam de 70% do vencimento base, pago em 14 meses.

Apoio financeiro recebido do governo

(201-4)

A Tabela 11 contém o valor monetário total do apoio financeiro recebido pela SCMP do Governo, durante 2023, discriminado pela tipologia.

Descrição	Valor total (€)
Benefícios e créditos fiscais	0
Subsídios	6.189.357
Subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões	0
Prémios	2.240
Incentivos que retardam o pagamento de royalties	0
Apoio financeiro de Agências de Crédito a Exportação	0
Incentivos financeiros	0
Outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de qualquer governo para qualquer operação	667

Tabela 11: Apoio financeiro recebido em 2023



GRI 202: Presença no Mercado

Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género

(202-1)

A proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo, por sexo, é de 1 para ambos, dado que o salário mínimo local é igual ao salário mínimo nacional.

Para os prestadores de serviço não é tido o salário mínimo, mas sim o valor/hora ou valor/tarefa.

Proporção de membros de gestores sénior contratados na comunidade local

(202-2)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o percentual de membros de chefia contratados na comunidade local.

GRI 203: Impactos Económicos Indiretos

Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços

(203-1)

A nível de investimentos em apoio a serviços significativos, foram adquiridos vinte e um portáteis reconicionados para a Instituição, por forma a dar resposta às necessidades inerentes às atividades desempenhadas. Por outro lado, no que respeita a investimentos em infraestrutura, registaram-se, em 2023, 370.566 € referentes à instalação de painéis solares térmicos e de equipamentos elétricos e iluminação, no âmbito de um projeto de eficiência energética no HP.

Impactos económicos indiretos significativos

(203-2)

Informação indisponível – Não foi possível exemplificar impactos económicos indiretos significativos, tanto positivos como negativos, consequentes dos investimentos identificados.

GRI 204: Práticas de Compra

Proporção de gastos com fornecedores locais

(204-1)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o percentual do orçamento de compras utilizado em UO importantes que é gasto com fornecedores locais. Salienta-se, no entan-

to, que a percentagem do orçamento para compras da QA em fornecedores locais, isto é, nas freguesias e concelhos envolventes, abrangendo uma área de 70 km, correspondeu a um percentual de 10 a 20%.

GRI 205: Anti-Corrupção

Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção (205-1)

Em 2023 foi revisto o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SCMP (PPRCIC), em conformidade com o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro. Por conseguinte, contabilizaram-se três áreas avaliadas quanto a riscos relacionados com corrupção, designadamente, SPeC, GRC e CP, tendo sido, igualmente, avaliados os riscos respeitantes à atividade geral da SCMP, perfazendo um total de 101 riscos identificados. A nível percentual de operações avaliadas nesta matéria, registou-se um peso de 6,3%, correspondente a duas UO de um total de trinta e duas, conforme o disposto no organograma geral da SCMP, disponibilizado no Plano de Atividades e Orçamento para 2024.

Com base no PPRCIC, e de acordo com a avaliação efetuada, apenas um dos riscos identificados é significativo, nomeadamente a atualização periódica dos canais comunicacionais, promovendo a divulgação de informações atuais e relevantes.

Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção (205-2)

No que respeita à comunicação e capacitação para consciencializar e dotar de competências necessárias para combater a corrupção, a Tabela 12 detalha os dados obtidos nesta matéria.

Descrição	N.º total	Percentual
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela SCMP	Informação indisponível	Informação indisponível
Membros do órgão de governança que receberam capacitação em combate à corrupção	0	0%
Trabalhadores aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela SCMP	Informação indisponível	Informação indisponível
Parceiros de negócios aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela SCMP, discriminados por tipo de parceiro e região	Informação indisponível	Informação indisponível
Trabalhadores que receberam capacitação em combate à corrupção	127	10,19%
Administrativo	61	48,03%
Chefia	5	3,94%
Enfermeiro	6	4,72%
Pessoal de Apoio	7	5,51%
Pessoal Médico	1	0,79%
Pessoal Técnico	6	4,72%
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	3	2,36%
Técnico Superior	35	27,56%
Técnico Superior de Saúde	3	2,36%

Tabela 12: Caracterização da comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

CASOS CONFIRMADOS DE CORRUPÇÃO E MEDIDAS TOMADAS

(205-3)

Apresentam-se na Tabela 13 os dados referentes aos casos confirmados de corrupção.

Descrição	N.º total
Casos confirmados de corrupção	0
Casos confirmados em que trabalhadores foram demitidos ou punidos por corrupção	0
Casos confirmados em que contratos com parceiros de negócios foram rescindidos ou não renovados, decorrente de violações relacionadas à corrupção	0
Processos judiciais relacionados à corrupção movidos contra a SCMP ou aos seus trabalhadores	0

Tabela 13: Quantidade de casos de corrupção confirmados e das medidas tomadas

GRI 206: Concorrência Desleal

Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio

(206-1)

Não foram identificadas ações judiciais pendentes ou encerradas durante 2023 referentes a concorrência desleal

e violações de leis antitruste e antimonopólio, isto é, ações que resultaram em conluio visando a criação de barreiras à entrada no setor ou outros atos envolvendo conluio que evitem a concorrência, em que a SCMP tenha sido identificada como participante.

GRI 207: Tributos

Abordagem tributária

(207-1)

Face ao estatuto de IPSS, a SCMP tem alguns incentivos fiscais.

Governança, controlo e gestão do risco fiscal

(207-2)

No que respeita à descrição da estrutura de governança e controlo fiscal, a mesma é descrita no Relatório de Gestão e Contas. Destaca-se, porém, que as demonstrações financeiras publicadas na página institucional estão sujeitas a auditorias pelo Revisor Oficial de Contas, para garantir a

conformidade com as normas aplicáveis, parecer do Defini-tório e aprovação pela Assembleia Geral.

Envolvimento das partes interessadas e gestão das suas preocupações fiscais

(207-3)

São realizadas auditorias, por entidades externas, para garantir a confiabilidade do reporte financeiro e a reputação da SCMP.

Reporte país-a-país

(207-4)

Não aplicável – A jurisdição fiscal da SCMP é apenas em Portugal.

GRI 301: Materiais

Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume (301-1)

Na Tabela 14 apresenta-se o volume total de materiais usados para a prestação de serviços, discriminados por materiais renováveis e materiais não renováveis, que foram possíveis de quantificar.

Descrição		Total (unidade)
Materiais renováveis	Papel A4	691 resmas
	Cartolinas	939 folhas
	Lápis de cor	20 caixas
	Porta revistas	120 unidades
	Fita cola invisível	6 rolos
	Caixas de etiquetas <i>acid-free</i>	2 caixas
	Caixas <i>acid-free</i>	650 caixas
Materiais não renováveis	Carvão	3 kg
	Barro	7 kg
	Cera líquida	48 litros
	Pasta modelar	10 embalagens
	Canetas de filtro	20 caixas

Tabela 14: Tipos e quantidades de materiais utilizados em 2023

Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados (301-2)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o percentual de matérias-primas ou de materiais reciclados utilizados no fabrico dos principais produtos e serviços da SCMP.

Produtos e embalagens reaproveitados (301-3)

Não foi possível apurar o percentual de produtos e de embalagens reaproveitados para cada categoria de produto. Porém, a nível de reaproveitamento foram registados os seguintes dados:

Descrição	Total
Garrações de azeite	5 kg
Baldes de produtos adquiridos, caixas vazias de fruta e legumes e outras embalagens	45 KG
Recuperação/restauração de toalhas de linho oferecidas ao longo dos anos, estando estas a ser utilizadas para decorar os espaços de culto	10 toalhas
Alfais litúrgicas utilizadas no momento da consagração, como sanguíneos, feitas através de tecidos reaproveitados de toalhas inutilizadas	25 alfais
Pacotes de iogurtes provenientes dos lanches dos alunos	20.700
Recipientes, tais como baldes, garrafas e garrações, para criação de vasos onde são produzidas flores para decoração dos espaços de culto	-
Utilização de todos os têxteis mais velhos como panos de limpeza	-
Legendas em PVC dos bens patrimoniais da coleção da SCMP utilizados no Natal, de que são exemplos as legendas da Maquineta do Presépio do século XIX/XX exposta anualmente, não tendo sido necessária nova produção das mesmas	-
Pedaços das lonas compostas de materiais resistentes às diferentes condições meteorológicas utilizadas para vedar as infiltrações provocadas pelas primeiras chuvas intensas	-
Reutilização de capas de arquivo A4 que se encontram em bom estado, após ser esvaziado o seu conteúdo, para evitar a aquisição de novas	-
Arame	-
Barro	-
Papel / cartão (jornais, caixas, revistas e folhas de rascunho)	-
Material biodegradável (frutas, flores, folhas, borras de café, lãs e tecidos)	-
Garrafas de vidro	-
Plásticos	-

Tabela 15: Descrição e quantificação dos produtos e embalagens reaproveitados em 2023

GRI 302: Energia

Consumo de energia dentro da organização (302-1)

O consumo total de combustíveis dentro da SCMP foi de 37.693,12 gigajoules (GJ), encontrando-se discriminado na Tabela 16 por tipo de fonte de combustível.

Descrição		Total (GJ)
Fontes não renováveis	Gás natural	36.461,59
	Gás propano	125,14
	Gasolina	147,87
	Gasóleo	958,52
Fontes renováveis	Solar	Informação indisponível

Tabela 16: Discriminação do consumo total de combustíveis, por fonte

Em relação à eletricidade, o valor total do consumo foi de 18.241,11 GJ e o valor total de eletricidade vendida foi de 44,03 GJ.

Assim, o consumo total de energia dentro da Instituição foi de 55.934,23 GJ, que corresponde ao somatório entre o valor total dos combustíveis consumidos (não renováveis e renováveis) com o valor da eletricidade consumida.

Para os valores apresentados, foram analisadas as faturas dos vários fornecedores de eletricidade (quilowatt-hora), gás natural (metros cúbicos), gás propano (quilograma), diesel (litros) e gasolina (litros) da SCMP. Para efeitos da contabilização mensal, teve-se por base o período de faturação constante nas faturas, considerando o mês do último dia do período de faturação, para uma maior uniformização e melhor compreensão dos dados apresentados.

Em 2023, alguns dos contadores de eletricidade das instalações da SCMP eram inteligentes com telecontagem, pelo que os valores dos consumos registados das respetivas faturas são reais. Contudo, a maioria dos contadores instalados são de leitura por estimativa, no qual, por vezes, os acertos ocorrem em diferentes períodos de reporte.

A conversão das unidades de medidas das faturas para GJ teve como base as seguintes fórmulas de cálculo:

- $Eletricidade (GJ) = Consumo (kWh) \times \frac{3600}{1000000}$
- $Gás Natural (GJ) = Consumo (m^3) \times \frac{38718}{1000000}$
- $Gás Propano (GJ) = Aquisição (kg) \times \frac{46347}{1000000}$
- $Gasolina/Gasóleo (GJ) = Consumo (lt) \times \frac{36083}{1000000}$

Consumo de energia fora da organização (302-2)

Não houve registo de consumo de energia fora da SCMP.

Intensidade energética (302-3)

O rácio de intensidade energética para a SCMP é de 44,89 GJ. A métrica escolhida para o denominador foi o número de trabalhadores em tempo integral, dado que a SCMP atua essencialmente na área dos serviços. Assim, a fórmula utilizada foi a seguinte:

$$\text{Intensidade Energética} = \frac{\text{Consumo absoluto de energia (GJ)}}{\text{N.º de trabalhadores em tempo integral}}$$

O consumo de energia diz respeito ao valor total consumido dentro da SCMP (GRI 302-1).

Redução do consumo de energia (302-4)

Por forma a reduzir o consumo de energia e, consequentemente, promover a eficiência energética e diminuir a pegada de carbono, a SCMP dispõe de 90 painéis solares fotovoltaicos, 105 painéis solares para aquecimento de água e 2 veículos elétricos. Adicionalmente, procedeu-se à alteração

de alguns pontos de iluminação, passando para iluminação LED, e dos horários de funcionamento de algumas máquinas (por exemplo, máquinas de aquecimento), permitindo uma redução do consumo de energia elétrica nos serviços em que estas máquinas estão adstritas.

Porém, não foi possível apurar o volume total das eventuais reduções do consumo de energia obtidas diretamente decorrentes das iniciativas apresentadas.

Por outro lado, em 2023 procedeu-se à substituição de uma carrinha, no qual, ainda que seja a combustão, estima-se uma redução de aproximadamente 40% do consumo de combustível para o mesmo trajeto realizado. Por forma a viabilizar o impacto desta alteração, futuramente terá que se analisar os consumos.

Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços (302-5)

Informação indisponível – Não foi possível apurar a existência de reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos durante 2023.



GRI 303: Água e Efluentes

Interações com a água como um recurso partilhado (303-1)

A interação da SCMP com a água caracteriza-se maioritariamente pela utilização de água da rede pública, sendo que, para além disso, na QA recorre-se a água captada no Rio Douro para consumo e no PAM utiliza-se um poço para rega.

Ao nível da interação com as partes interessadas para a gestão dos recursos hídricos como um recurso partilhado, foram realizadas três ações junto dos utentes do CIAD para os sensibilizar sobre o consumo responsável de água, tendo em vista a adoção de práticas mais sustentáveis e, por conseguinte, uma diminuição do seu consumo. Estas ações também são realizadas para o gás e para a eletricidade. Adicionalmente, em várias UO promove-se a sensibilização para o combate ao desperdício de água através da afixação de cartazes nas casas de banho e zonas de lavatórios.

Por forma a identificar impactos relacionados com a água, os dados sobre o seu consumo são comunicados aos responsáveis das UO, via correio eletrónico, durante todo o ano através de relatórios periódicos, que também contêm os valores faturados, por forma a existir uma maior consciencialização na utilização deste recurso.

Gestão de impactos relacionados com o descarte de água (303-2)

No que respeita à qualidade do descarte de efluentes, são seguidas as normas legais vigentes nesta matéria.

Captação de água (303-3)

Na Tabela 17 detalham-se os valores totais de captação de água nas áreas com e sem stress hídrico, em megalitros (ML), discriminados pelo tipo de fonte. Note-se que a QA é a única UO que se encontra numa área em stress hídrico.

Descrição	Total (ML)
Captação total de água de superfície	131
Água de superfície	Informação indisponível
Água subterrânea	Informação indisponível
Água do mar	Não aplicável
Água produzida	Não aplicável
Água de terceiros	131
Captação total de água de superfície com stress hídrico	-
Água de superfície	Informação indisponível
Água subterrânea	Não aplicável
Água do mar	Não aplicável
Água produzida	Não aplicável
Água de terceiros	Não aplicável

Tabela 17: Discriminação da captação total de água, por fonte

Na Figura 4 ilustra-se o consumo de água, por área de exploração, conforme o modelo analítico existente, perfazendo um total de 131 ML.

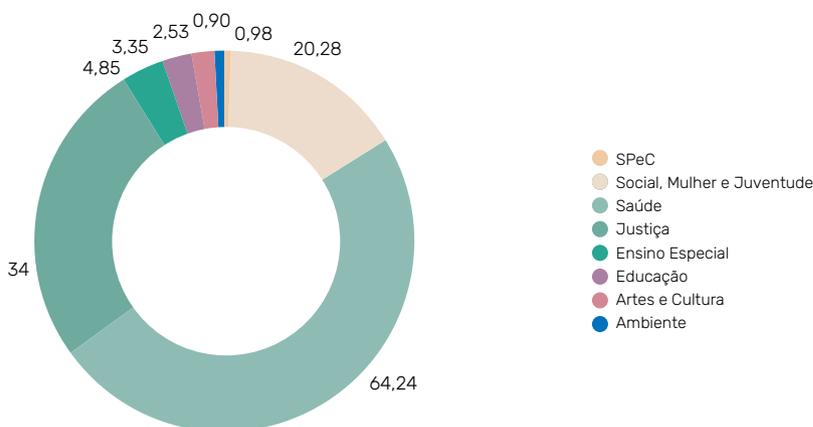


Figura 4: Distribuição de consumo de água por área de exploração, em ML

Os valores apresentados na figura supra correspondem ao somatório dos consumos de água registados nas faturas analisadas, pelo contador e área a que dizem respeito, segundo a metodologia existente. Para efeitos de contabilização uniforme e de acordo com o histórico de consumo mensal ilustrado nas faturas, utilizou-se o critério dos fornecedores. Neste sentido, o consumo apresentado na fatura, em metros cúbicos (m³), é afeto ao mês do último dia do período de faturação que, geralmente, coincide com o mês da data da fatura.

Importa referir que há um elevado número de contagens reais pelos respetivos fornecedores, visto que a quantidade de contadores com tipo de leitura por telemetria tem vindo a aumentar. Por outro lado, as contagens por estimativa não permitem uma análise tão rigorosa, dado que os respetivos acertos poderão ocorrer meses depois, enviesando a análise.

A conversão da unidade de medida das faturas para ML teve como base a seguinte fórmula de cálculo:

$$\bullet \text{ Água (ML)} = \text{Consumo (m}^3\text{)} \times 0,001$$

DESCARTE DE ÁGUA

(303-4)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o total de água descartada, em ML, nas áreas com e sem stress hídrico.

CONSUMO DE ÁGUA

(303-5)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o consumo total de água, em ML, nas áreas com e sem stress hídrico, que corresponde ao valor da captação total de água menos o descarte total de água.

GRI 304: Biodiversidade

UO próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas proximidades de áreas de proteção ambiental e de áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas

(304-1)

A QA é dotada de uma área de aproximadamente 400 hectares, localizando-se em pleno coração do Parque Natural do Douro Internacional.

Está condicionada às Intervenções Territoriais Integradas (Douro Internacional e Douro Vinhateiro), assim como à Zona de Proteção Especial - Douro Internacional e Vale do Águeda (PTZPE00038), Faixa de proteção de Massas de água (Albufeira) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas Área Protegida - Douro Internacional (PNP). No que concerne ao valor de biodiversidade, insere-se na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 na Categoria V da *International Union for Conservation of Nature* (Paisagem/Costa Protegida).

Iniciou o 9º ano de produção de agricultura biológica, considerada como exploração agrícola sustentável, face aos resultados obtidos no impacto positivo nos anos transatos. Há uma modificação no sistema de produção de uvas que passou do modo de produção biológico para o modo de produção integrada. A razão desta alteração prende-se com doenças difíceis de combater por ausência de produtos eficazes em modo de produção biológico, cuja prevenção não é suficiente.

Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade

(304-2)

A nível de impactos diretos e indiretos significativos na biodiversidade, salienta-se a existência de um lago, localizado no meio das hortas, que contém plantas, patos, peixes, rãs e ouriços cacheiros, sendo estes últimos uma espécie protegida. Por outro lado, foi registada a presença de uma espécie invasora, nomeadamente, *Pennisetum villosum* R.Br. ex Fresen, verificando-se um total de cinco pés de plantas invasoras. Adicionalmente, por forma a detetar atempadamente agentes patogé-

nicos, foram realizadas cinco análises à água do lago e dos pontos de rega das hortas, nomeadamente uma pela LIPOR e quatro pela SCMP, não tendo sido detetados vestígios de Legionella.

De igual modo, são realizadas voluntariamente análises ao solo com o intuito de verificar se está apto para a agricultura. Assim, procede-se à monitorização da utilização dos produtos, apostando-se em ações de formação, por forma a garantir que não são utilizados produtos químicos no solo

Habitats protegidos ou recuperados

(304-3)

A QA encontra-se numa zona de elevada sensibilidade para a fauna em 200 dos 400 hectares (nidificação de aves), sendo também uma Zona de Proteção Especial e Parque Natural do Douro Internacional (400 Hectares), para além de sítio de interesse comunitário (10 dos 400 hectares).

Espécies incluídas na lista vermelha da União Internacional para a Conservação e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização

(304-4)

Informação indisponível – Não é possível apurar o número total de espécies incluídas em listas de conservação internacionais e nacionais. No entanto, destaca-se que a QA, como já foi referido anteriormente, encontra-se localizada no Parque Natural do Douro Internacional. Por este motivo, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas faz referência no seu site ao número de espécies que compõem a fauna desta área, discriminando algumas pelo seu nível de risco de extinção.

GRI 305: Emissões

Emissões diretas de gases com efeito de estufa (GEE) (305-1)

O total de emissões diretas de GEE foi de 2.143,77 toneladas métricas de CO₂, que resulta do consumo total de gás natural, gás propano, diesel e gasolina. Na Figura 5 apresenta-se a distribuição das emissões diretas, por fonte de energia consumida.

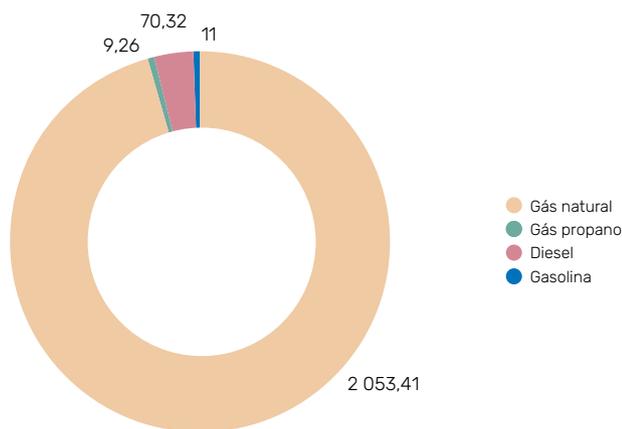


Figura 5: Distribuição da produção de emissões diretas de CO₂ em toneladas métricas

A conversão dos consumos, em GJ, para tonelada métrica de CO₂, teve como base as seguintes fórmulas de cálculo:

- $Gás\ Natural = Consumo\ (GJ) \times 56,6 \times \frac{0,995}{1000}$
- $Gás\ Propano = Consumo\ (GJ) \times \frac{73,98}{1000}$
- $Diesel = Consumo\ (GJ) \times 74,1 \times \frac{0,99}{1000}$
- $Gasolina = Consumo\ (GJ) \times 73,7 \times \frac{0,99}{1000}$

Emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia (305-2)

O total de emissões indiretas de GEE foi de 4,58 toneladas métricas de CO₂, que resulta do consumo total de eletricidade em 2023, em GJ. A conversão do consumo,

em GJ, para tonelada métrica de CO₂, teve como base a seguinte fórmula de cálculo:

- $Emissões\ provenientes\ do\ consumo\ de\ eletricidade = Consumo\ (GJ) \times 0,00025091$

Outras emissões indiretas de GEE (305-3)

O total de outras emissões indiretas de GEE foi de 489,63 toneladas métricas de CO₂, que resulta da produção de resíduos orgânicos. Para contabilizar o volume total de resíduos orgânicos produzidos na Instituição foram utilizados os dados de uma base de dados interna que regista mensalmente a produção estimada deste tipo de resíduos em todas as UO. Após a sua recolha por um OGR especializado, são devidamente tratados e transformados em composto orgânico que posteriormente poderá ser utilizado como fertilizante.

A conversão da produção de resíduos orgânicos, em toneladas métricas, para tonelada métrica de CO₂, teve como base a seguinte fórmula:

- $Emissões\ provenientes\ de\ resíduos\ orgânicos = Resíduos\ orgânicos\ (toneladas) \times 1,9$

Intensidade de emissões de GEE (305-4)

O Índice de intensidade de emissões de GEE foi de 0,035, o que significa que por cada GJ de energia consumida foram geradas 0,035 toneladas métricas de CO₂. A métrica escolhida para o denominador foi o valor total de energia consumida, em GJ, dado que a SCMP atua essencialmente na área dos serviços. Assim, a fórmula utilizada foi a seguinte:

- $Intensidade\ (GEE) = \frac{Emissões\ absolutas\ de\ GEE}{Energia\ total\ consumida}$

O valor das emissões absolutas, em toneladas métricas de CO₂, corresponde ao somatório das diretas e indiretas, perfazendo um total de 2.637,98.

Redução de emissões de GEE

(305-5)

Informação indisponível – Não foi possível apurar as reduções de emissões de GEE como resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO₂.

Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono (SDO)

(305-6)

Não aplicável – Não são produzidos produtos ou serviços que gerem este tipo de gases.

Emissões de óxidos de azoto (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas

(305-7)

Não aplicável – Não são produzidos produtos ou serviços que gerem este tipo de gases.



GRI 306: Resíduos

Produção de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

(306-1)

Ao longo do ano, foram produzidos elevados volumes de resíduos de diversas tipologias, como consequência dos serviços prestados.

Na sua maioria, as atividades da SCMP geraram resíduos não perigosos (aproximadamente 78% do total de resíduos), tratando-se, nomeadamente, papel e cartão, plástico e metal, vidro, orgânicos e resíduos de construção. Contudo, resultante maioritariamente da atividade hospitalar, foi registado um grande volume de resíduos perigosos, traduzindo-se em aproximadamente 22% do total de resíduos.

No sentido de prevenir eventuais impactos que possam surgir, e em conformidade com a legislação em vigor, a SCMP colabora com vários OGR, de modo garantir o correto encaminhamento dos resíduos.

Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos

(306-2)

A nível de medidas tomadas para evitar a produção de resíduos nas atividades desempenhadas, bem como gerir impactos significativos dos resíduos gerados, destacam-se as seguintes:

- Divulgação/pedido para a recolha dos vasilhames dos artigos vendidos da QA, nomeadamente bidões de azeite, baldes de azeitona e caixas, evitando-se a aquisição e o respetivo custo. Com esta medida pretende-se que os trabalhadores devolvam os vasilhames vazios nos seus estabelecimentos, para o posterior envio para a QA para o respetivo tratamento, higienização e reutilização. Destaca-se que foi sentido um progresso e, conseqüentemente, aumento no retorno de bidões de azeite;
- Implementação da opção “sem copo” no fornecimento de bebidas da máquina de venda automática nos SPeC, no dia 1 de abril de 2023, mediante a distribuição de copos reutilizáveis aos colaboradores, com possibilida-

de de replicação futura desta opção a todos os estabelecimentos da SCMP;

- Recolha de caixas de frutarias da cidade do Porto, que de outra forma seriam tratadas como resíduos e depositadas nos locais para o efeito;
- Realização de atividades de reaproveitamento de materiais nas diversas oficinas do CIAD, nomeadamente, na Eco Oficina, na tecelagem, nas madeiras, na cerâmica/aromas e nas expressões plásticas. Nestas oficinas não só são reaproveitados materiais, como também é dada uma nova vida a peças já construídas e que se encontram armazenadas. Existe também um eco táxi, que é um carro que permite a recolha de materiais pelas diferentes salas, tendo sido registadas 33 recolhas;
- Pilha de compostagem, como medida de economia circular, que fornece composto para as hortas comunitárias e para os jardins da SCMP. Esta pilha é alimentada pelos resíduos verdes do PAM, nomeadamente, resíduos de fácil decomposição, excluindo-se troncos ou ramos de grande dimensão ou outros resíduos verdes de difícil compostagem. Cada horta tem um compostor próprio, ou seja, o composto gerado é usado para consumo na própria horta. No entanto, normalmente não é suficiente, pelo que também são utilizados alguns compostos da pilha de compostagem;
- Ações de sensibilização aos trabalhadores sobre os temas da produção, separação e correto encaminhamento dos resíduos perigosos e não perigosos;
- Envolvimento e discussão com os fornecedores no sentido de potenciar a adoção de práticas que permitam uma menor produção de resíduos, destacando-se as seguintes: substituição de embalagens de cartão por embalagens de plástico reutilizável, onde em cada entrega o fornecedor levaria as vazias; diminuição do volume das embalagens, de modo a diminuir o risco de acidentes de trabalho e problemas de saúde associados ao manuseamento das mesmas; e, para o tratamento da roupa, a utilização de sacos feitos com materiais que permitam mais que uma utilização, sem comprometer a higiene de todo o processo.

Em relação à recolha e monitorização de dados relacionados com resíduos, a SCMP continua a dar seguimento ao caminho traçado desde há vários anos, considerando a proteção do ambiente como um bem maior e a gestão de resíduos como uma ferramenta fundamental para o conseguir. Neste sentido, são realizadas auditorias às UO, com o intuito de detetar se os resíduos estão a ser encaminhados para o ponto de deposição intermédio indicado e, conseqüentemente, se serão tratados da forma correta; identificar os tipos de resíduos gerados; avaliar o estado de conservação dos equipamentos e a higienização dos espaços; entre outros.

Desta forma, e trabalhando ativamente com vários OGR, a SCMP desenvolve novas ideias e metodologias de trabalho no sentido de potenciar o reaproveitamento de materiais, seguindo uma filosofia de economia circular que permita a minimização do impacto ambiental.

Para além disso, procede-se à monitorização das Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR), faturas e talões de pesagem, de modo a permitir um

melhor conhecimento dos resíduos produzidos, tipologia e origem, possibilitando, assim, que a tomada de decisão seja ainda mais consciente.

Relativamente ao tratamento dos resíduos gerados, a SCMP recorre a OGR especializados para o efeito, no qual é pedido o seu título único ambiental para o Código LER do resíduo em causa antes de se começar a trabalhar com o mesmo.

Destaca-se, ainda, que os resíduos gerados pelo EPS-CB-F, nomeadamente o lixo comum, são recolhidos pela empresa PreZero, cujas certificações transmitem a conformidade com as obrigações legais aplicáveis.

Resíduos gerados (306-3)

O peso total dos resíduos gerados foi de 643,62 toneladas métricas. Na Figura 6, apresenta-se a discriminação deste total pelo tipo de resíduo.

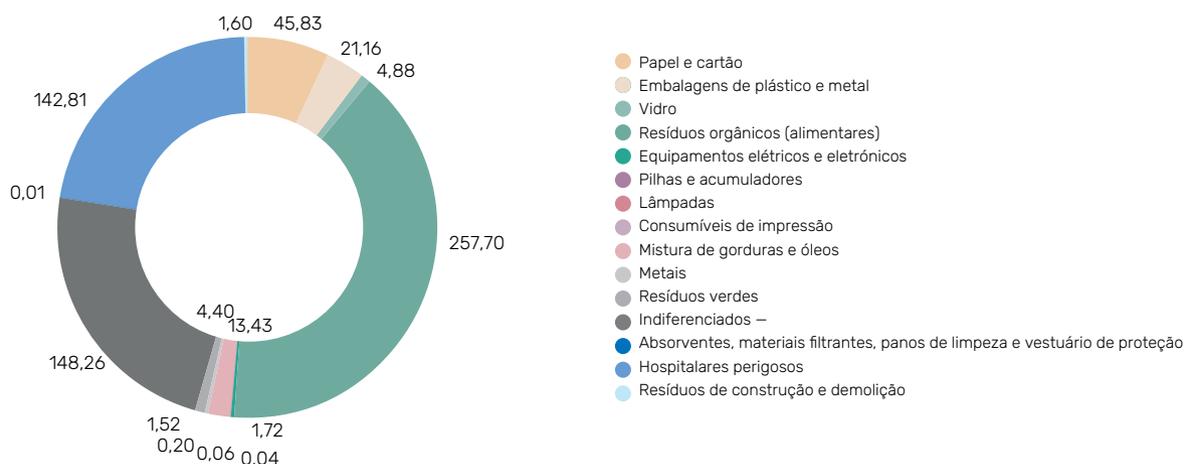


Figura 6: Distribuição da tipologia de resíduos produzidos, em toneladas métricas

Para além da consulta das faturas, e-GAR e talões de pesagem referidos no tópico 306-2, os valores dos resíduos seletivos, designadamente papel, cartão, plástico e vidro, bem como os dos resíduos orgânicos foram maioritariamente estimados em função da recolha de dados internos e das estimativas fornecidas pela Porto Ambiente, que é um dos OGR que presta serviço à SCMP.

Resíduos não destinados para deposição final (306-4)

Os resíduos que não vão para deposição final são todos os que têm potencial de revalorização, tendo sido registado, em 2023, um peso total de 458,58 toneladas métricas.

Na Tabela 18 discrimina-se o peso total por categoria: segundo o tipo de resíduos, perigosos e não perigosos, e segundo o tipo de operação de deposição.

Descrição	Peso total (toneladas métricas)
Resíduos não destinados para deposição	458,58
Resíduos perigosos não destinados para deposição	1,31
Preparação para reutilização	0
Reciclagem	1,31
Outras operações de recuperação	0
Resíduos perigosos não destinados para deposição dentro da SCMP	Não aplicável
Resíduos perigosos não destinados para deposição fora da SCMP	1,31
Resíduos não perigosos não destinados para deposição	457,27
Preparação para reutilização	0
Reciclagem	457,27
Outras operações de recuperação	0
Resíduos não perigosos não destinados para deposição dentro da SCMP	Não aplicável
Resíduos não perigosos não destinados para deposição fora da SCMP	457,27

Tabela 18: Caracterização dos resíduos não destinados para deposição final, em 2023

Nos resíduos perigosos que não vão para deposição final são contabilizados alguns Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), pilhas e baterias ou lâmpadas, sendo os restantes resíduos não perigosos e que são aproveitados para outros fins, tais como a reciclagem ou compostagem, exemplificando-se o papel, cartão, plástico, metal, vidro, orgânicos, mistura de gorduras e óleos, entre outros.

Resíduos destinados para deposição final (306-5)

Para deposição final vão todos os resíduos que não têm qualquer tipo de reaproveitamento ou capacidade de revalorização, tendo sido registado, em 2023, um peso total de 185,04 toneladas métricas.

Na Tabela 19 discrimina-se o peso total por categoria: segundo o tipo de resíduos, perigosos e não perigosos, e segundo o tipo de operação de deposição.

Descrição	Peso total (toneladas métricas)
Resíduos destinados para deposição	185,04
Resíduos perigosos destinados para deposição	142,79
Incineração (com recuperação de energia)	Informação indisponível
Incineração (sem recuperação de energia)	Informação indisponível
Aterro	0
Outras operações de deposição	142,79
Resíduos perigosos destinados para deposição dentro da SCMP	Não aplicável
Resíduos perigosos destinados para deposição fora da SCMP	142,79
Resíduos não perigosos destinados para deposição	42,25
Incineração (com recuperação de energia)	Informação indisponível
Incineração (sem recuperação de energia)	Informação indisponível
Confinamento em aterro	0
Outras operações de deposição	42,25
Resíduos não perigosos destinados para deposição dentro da SCMP	Não aplicável
Resíduos não perigosos destinados para deposição fora da SCMP	42,25

Tabela 19: Caracterização dos resíduos destinados para deposição final, em 2023

Entendem-se como resíduos perigosos aqueles cuja composição representa um elevado perigo ambiental ou de saúde como, por exemplo, os resíduos hospitalares, e vão para deposição final os que não têm qualquer tipo de reaproveitamento ou transformação em matéria reaproveitável. Por sua vez, os resíduos não perigosos que têm como destino a deposição final são essencialmente os resíduos urbanos, idênticos aos que são produzidos nas habitações próprias e que vão para o lixo comum, não sofrendo qualquer tipo de separação.

Para a obtenção dos dados referentes a resíduos não destinados para deposição final (GRI 306-4) e destinados para deposição final, foi utilizada a base de dados que contém os registos dos resíduos produzidos, nomeadamente, o peso estimado dos resíduos recicláveis (papel, cartão, plástico e vidro) e dos resíduos orgânicos, isto é, os que são encaminhados para compostagem, bem como o mapa integrado

de registo de resíduos, que diz respeito às quantidades de resíduos que resultaram em emissão de e-GAR ao longo do ano. Salienta-se que este mapa resulta do cumprimento de um requisito legal, sendo necessário submetê-lo à Agência Portuguesa do Ambiente.

É de salientar que a decisão sobre o destino final dos resíduos é da responsabilidade dos OGR, uma vez que são entidades licenciadas e especializadas em gestão de resíduos, pelo que determinam qual será a operação de tratamento a que os resíduos estarão sujeitos, por forma a minimizar o seu impacto ambiental. Para além disso, refira-se que para a mesma categoria de resíduos como, por exemplo, os REEE, alguns podem ser considerados perigosos e outros não, dependendo da sua composição química e dos efeitos nefastos que alguns dos materiais que os constituem possam provocar no meio ambiente.

GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores

Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

(308-1)

A seleção e contratualização de novos fornecedores não teve por base critérios ambientais, estando justificada, em parte, pela escassez de oferta.

No entanto, tem sido discutido junto de alguns fornecedores a possibilidade de mudança de alguns paradigmas por forma a serem adotadas medidas mais sustentáveis. Face à instabilidade ainda sentida nos mercados e ao contexto macroeconómico vivido em 2023, foi considerado ainda não ser oportuna a mudança de paradigma que vá de encontro a uma economia verde e circular, mais sustentável. Todavia, os fornecedores mostraram-se recetivos à mudança e convictos que a mesma poderá estar para breve.

É, ainda, de destacar que a longo prazo espera-se adotar as orientações da norma ISO 20400 – Compras Sustentáveis – de forma a garantir que as compras realizadas são ambiental e socialmente responsáveis, integrando a sustentabilidade e a responsabilidade social no processo de compra. Salienta-se o facto de esta norma fornecer diretrizes e não requisitos, pelo que não se destina a fins de certificação, mas sim incorporar a sustentabilidade na realização das compras efetuadas para a SCMP, reduzindo impacto no meio ambiente e demonstrando responsabilidade social da sua cadeia de abastecimento.

Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas

(308-2)

A Tabela 20 contém os dados referentes a impactos ambientais negativos significativos, reais e potenciais, na cadeia de fornecedores.

Descrição	Total
N.º de fornecedores avaliados com relação aos impactos ambientais	0
N.º de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos reais e potenciais	0
Impactos ambientais negativos significativos - reais e potenciais - identificados na cadeia de fornecedores	Não foram identificados
Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos - reais e potenciais - com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada	0%
Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos, reais e potenciais, com os quais a SCMP encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação efetuada	0%

Tabela 20: Análise dos fornecedores quanto a impactos ambientais negativos

GRI 401: Emprego

Novas contratações e rotatividade de trabalhadores (401-1)

O número total de novas contratações de trabalhadores durante 2023, distribuído por sexo e por faixa etária na Figura 7, foi de 114, correspondendo a uma taxa de 9,1%.

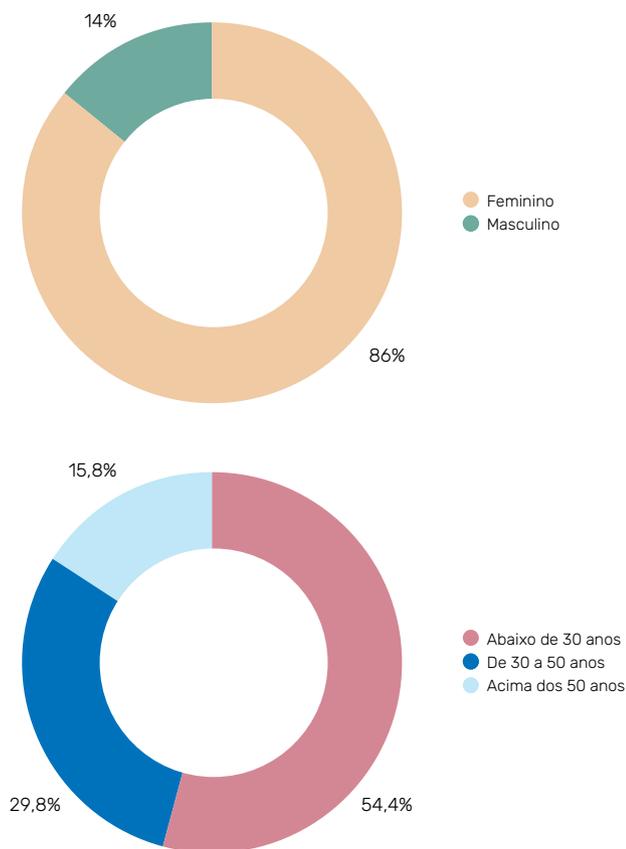


Figura 7: Distribuição do número total de novas contratações por sexo e por faixa etária

Por sua vez, a taxa de rotatividade de trabalhadores contratados durante 2023 foi de 9,8%, tendo sido calculada com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$\text{Taxa de novas contratações} = \frac{\text{N.º de contratações}}{\text{N.º total de trabalhadores}} \times 100$$

Na Tabela 21 apresentam-se as taxas de rotatividade de trabalhadores contratados por sexo e por faixa etária, tendo sido calculadas com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$\text{Taxa de rotatividade} = \frac{(\text{N.º de entradas} + \text{N.º de saídas}) / 2}{\text{N.º total de trabalhadores}} \times 100$$

Descrição	Taxa de rotatividade (%)
Sexo masculino	8,3
Sexo feminino	10,3
Abaixo dos 30 anos	38,1
Entre 30 e 50 anos	7,3
Acima dos 50 anos	4,9

Tabela 21: Taxa de rotatividade de trabalhadores contratados em 2023, por sexo e faixa etária

Benefícios oferecidos a trabalhadores em tempo integral que não são oferecidos a trabalhadores temporários ou de período parcial (401-2)

No que respeita a benefícios que são padrão para os trabalhadores de todas as UO da SCMP em tempo integral, elencam-se os seguintes:

- Direito à Desconexão
- Fundo de Emergência de Ação Social
- Natal Misericórdia
- Vacinação Anual Contra a Gripe
- Seguro de saúde (exceto trabalhadores contratados a termo incerto).

Licença maternidade/paternidade

(401-3)

A Tabela 22 detalha os dados relativos à licença maternidade/paternidade, discriminados por sexo.

Descrição	Feminino	Masculino
N.º total de trabalhadores com direito a tirar licença	938	308
N.º total de trabalhadores que tiraram licença	22	2
N.º total de trabalhadores que retornaram ao trabalho depois do término da licença	22	2
N.º total de trabalhadores que retornaram ao trabalho depois do término da licença e continuaram empregados doze meses após o retorno ao trabalho	22	2
Taxas de retorno ao trabalho e retenção de trabalhadores que tiraram licença	100%	100%

Tabela 22: Dados referentes à licença de maternidade/paternidade

GRI 402: Relações de Trabalho

Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais (402-1)

O prazo mínimo de aviso da implementação de mudanças operacionais significativas na SCMP está de acordo com os prazos previstos na lei, nomeadamente, 8 dias para transferências temporárias e 30 dias para transferências definitivas.

Os prazos de aviso não se encontram especificados no Contrato Coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Federação Nacional da Educação e outros, devendo recorrer-se à lei geral do trabalho para os devidos efeitos.

GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho

Sistema de gestão de segurança e saúde e no trabalho (403-1)

A SCMP tem implementado um sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), no qual as atividades realizadas neste âmbito decorrem do cumprimento dos diplomas legais em vigor, nomeadamente da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual, e da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua redação atual.

Este sistema abrange todos os trabalhadores afetos a todas as UO, não sendo considerados os estágios profissionais. Estão excluídos os trabalhadores de empresas externas, que são responsáveis pela SST dos seus trabalhadores como, por exemplo, as empresas prestadoras de serviços de limpeza, alimentação, entre outras. Sempre que existam fatores de risco originados pelas atividades destas empresas prestadoras que possam colocar em risco a segurança e saúde dos trabalhadores da SCMP, estes são incluídos nos planos de prevenção e ações de mitigação implementadas.

Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

(403-2)

A SCMP garante a qualidade dos processos de identificação de perigos e avaliação dos riscos através da utilização de metodologia própria, assente em modelo de método de matriz composta que engloba a identificação, análise e controlo de riscos profissionais. A aplicação desta metodologia é realizada por técnicos superiores de segurança no trabalho devidamente credenciados, com atualização científica regular, de acordo com a legislação em vigor.

A avaliação dos riscos profissionais é integrada no conjunto de atividades da SCMP, que adota as medidas adequadas de proteção. Assim, as medidas de segurança são programadas e integradas na gestão da Instituição, tendo em conta os princípios gerais da prevenção:

- a) Evitar os riscos;
- b) Avaliar os riscos que não possam ser evitados;
- c) Combater os riscos na origem;
- d) Assegurar que os postos de trabalho, equipamentos e métodos de trabalho não colocam em risco a segurança e saúde do trabalhador, relativamente à exposição a agentes físicos, químicos, biológicos e fatores de risco psicossociais;
- e) Adaptar o trabalho ao homem;
- f) Ter em conta a evolução da técnica e formas de organização do trabalho;
- g) Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;
- h) Priorizar as medidas de proteção coletiva em relação às medidas de proteção individual;
- i) Elaborar e divulgar instruções adequadas aos trabalhadores.

Sempre que pertinente e útil, os trabalhadores podem comunicar perigos e/ou situações perigosas à sua chefia. Durante a atualização das avaliações dos riscos e em auditorias, os trabalhadores podem também comunicar perigos e/ou situações perigosas à equipa de SST.

Os trabalhadores são protegidos contra represálias através da Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho

e do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho em vigor na SCMP.

A SCMP tem um conjunto de políticas no âmbito da SST que permitem mitigar os riscos profissionais e evitar acidentes de trabalho ou doenças profissionais, nomeadamente:

- Política de SST;
- Política para a Redução das Lesões Músculo-Esqueléticas;
- Política da Gestão do Stress e Bem-Estar;
- Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- Política de Prevenção e Resposta à Doença pelo Novo Coronavírus.

O processo de averiguação de acidentes de trabalho tem como objetivo eliminar as causas e evitar a recorrência de acidentes, sendo realizado através de inquérito com questionário. Os trabalhadores são inquiridos individualmente descrevendo os factos, podendo recolher-se registos fotográficos para elementos de prova. Se necessário, são inquiridas testemunhas. Deste inquérito podem surgir medidas corretivas tendo em conta os princípios gerais da prevenção.

Serviços de saúde do trabalho

(403-3)

O Serviço de Medicina do Trabalho destina-se a todos os trabalhadores e dirige a sua atividade aos fatores extrínsecos que influenciem o ambiente de trabalho e que afetam a sua segurança e saúde. As principais atividades são:

- Abertura e atualização do ficheiro clínico individual;
- Preenchimento das fichas de aptidão e seu envio para o DRHFP;
- Visita às instalações existentes para avaliação das condições gerais de trabalho e potenciais implicações na saúde dos trabalhadores;
- Exames médicos periódicos, de admissão e ocasionais;
- Análise dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;
- Recolha e organização dos elementos estatísticos necessários;
- Colaboração com a área da SST;
- Informação e auxílio aos serviços de segurança e higiene na formação sobre riscos para a saúde e sobre medidas de proteção e prevenção;
- Colaboração na realização do relatório anual.

Os trabalhadores são convocados para consultas de forma periódica, em caso de certificados de incapacidade temporária iguais ou superiores a 30 dias e após acidente de tra-

balho com ausência superior a 30 dias. Qualquer trabalhador pode contactar o Serviço de Medicina do Trabalho para proceder à marcação de uma consulta, sendo-lhe prestado apenas um serviço de medicina preventiva, visto que não são prestados serviços de clínica geral.

Na Tabela 23 apresentam-se os indicadores da promoção da saúde do trabalhador relativamente ao ano de 2023.

Descrição	Total
N.º de consultas realizadas	871
N.º de consultas de admissão realizadas	104
N.º de consultas periódicas realizadas	354
N.º de consultas após doença realizadas	92
N.º de outros tipos de consultas realizadas	321
N.º de vacinas administradas no âmbito da campanha de vacinação contra a gripe	652
N.º de vacinas administradas no âmbito da prevenção contra o vírus da hepatite B	37

Tabela 23: Indicadores de atividade do Serviço de Medicina do Trabalho

O Serviço de Medicina do Trabalho respeita o direito do trabalhador à privacidade, pelo que os dados recolhidos não influenciam em aspetos como rescisões, promoção, remuneração, decisões referentes ao emprego, entre outros favoráveis e/ou desfavoráveis. Existe uma política documentada sobre o sigilo e confidencialidade no âmbito deste serviço, para consciencialização de todos os trabalhadores.

Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho (403-4)

É assegurada a participação e consulta aos trabalhadores no desenvolvimento da identificação de perigos e avaliação dos riscos em vários momentos, nomeadamente, durante auditorias de SST e durante o processo de atualização das avaliações dos riscos profissionais. Os trabalhadores são consultados sobre medidas de proteção e prevenção, programa e organização da formação, equipamento de proteção que seja necessário utilizar, riscos específicos das atividades, entre outros.

Anualmente é realizada uma consulta sobre necessidades de formação pela Academia da SCMP.

Em 2023 foi realizada uma consulta aos trabalhadores no âmbito da SST.

Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho (403-5)

As necessidades de formação em matéria de SST têm origem no processo de gestão de formação da Academia da SCMP, nas avaliações dos riscos profissionais, na investigação de acidentes de trabalho, no cumprimento de requisitos legais e na consulta dos trabalhadores nesta matéria.

Em 2023 destacam-se as formações no âmbito da utilização de equipamentos de proteção individual, prevenção dos riscos biológicos, emergência interna, segurança contra incêndios, medidas de autoproteção e prevenção de lesões músculo-esqueléticas.

Promoção da saúde do trabalhador (403-6)

A SCMP facilita o acesso dos seus trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho através da oferta do seguro de saúde. Adicionalmente, também disponibiliza o acesso a atos médicos no HP a um preço mais reduzido, pelo que os trabalhadores podem recorrer ao serviço privado de saúde sempre que considerarem necessário.

A nível de serviços e programas oferecidos aos trabalhadores para promover a sua saúde, nomeadamente, para tratar de riscos não relacionados ao trabalho, o Serviço de Medicina do Trabalho disponibiliza:

- Administração de vacinas no âmbito da prevenção contra o vírus da hepatite B;
- Alerta de doenças sexualmente transmissíveis;
- Atualização do boletim de vacinas;
- Campanha de vacinação contra a gripe;
- Consultas de rastreio;
- Esclarecimento sobre hábitos dietéticos (sal, gorduras, açúcar, café, álcool);
- Luta anti-tuberculose, prevenção de neoplasias do aparelho digestivo, próstata, pulmão, mama e colo uterino;
- Planos de prevenção contra tabagismo, alcoolismo, obesidade, dislipidemia, hipertensão arterial, diabetes e stress;

- Prevenção de sedentarismo, através do incremento à prática de atividade física;
- Promoção de medidas de higiene pessoal e coletiva.

Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios

(403-7)

Existe na SCMP um Código de Conduta dos Fornecedores de Serviços Externos que obriga a que estes cumpram com a legislação de SST aplicável à sua organização e que tomem medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde dos trabalhadores, mitigando as causas dos perigos inerentes ao ambiente de trabalho.

A SCMP reserva-se o direito de verificar, a todo o tempo, se os seus fornecedores de serviços externos cumprem estas disposições.

Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

(403-8)

Na Tabela 24 apresentam-se os dados referentes ao sistema de gestão de SST.

Descrição	Número	Percentual
Trabalhadores que estão cobertos pelo sistema	1246	100%
Trabalhadores cobertos pelo sistema que tenha sido auditado internamente	1246	100%
Trabalhadores cobertos pelo sistema que tenha sido certificado por uma entidade externa	0	0%

Tabela 24: Dados referentes ao sistema de gestão de SST

O valor total apresentado (1246) resulta da soma dos trabalhadores no último dia útil de cada mês de atividade no ano de referência, dividindo pelo número de meses de atividade nesse ano. Caso o cálculo resulte num valor com casas decimais, considera-se o número inteiro seguinte.

As auditorias são realizadas com base em metodologias de avaliação dos riscos profissionais através do método NTP 330 e em metodologias de verificação da conformidade legal, tendo em conta todos os diplomas legais aplicáveis em vigor na área de SST.



Acidentes de trabalho

(403-9)

A Tabela 25 apresenta os dados sobre acidentes de trabalho.

Descrição	Total
N.º de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
N.º de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0
Trabalhadores	
N.º de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0
Os principais tipos de acidente de trabalho	5 (quedas ao mesmo nível; acidentes de Trajeto; esforços excessivos; perfurações e agressão)
N.º de horas trabalhadas	1.989.911
Trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela SCMP	
N.º de óbitos resultantes de acidente de trabalho	Não aplicável
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	Não aplicável
N.º de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	Não aplicável
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	Não aplicável
N.º de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	Não aplicável
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	Não aplicável
Os principais tipos de acidente de trabalho	Não aplicável
N.º de horas trabalhadas	Não aplicável

Tabela 25: Indicadores sobre acidentes de trabalho

Destaca-se que os índices apresentados foram calculados com base em 1.000.000 de horas trabalhadas.

Complementarmente à informação já reportada, na Tabela 26 detalham-se os dados relativos aos acidentes de trabalho por tipo de ausência, excluindo acidentes de trajeto.

Descrição	Total
N.º de acidentes de trabalho com ausência inferior a 1 dia (sem dias perdidos)	47
N.º de acidentes de trabalho com ausência 1 a 3 dias	4
N.º de acidentes de trabalho com ausência 4 a 30 dias	27
N.º de acidentes de trabalho com ausência superior a 30 dias	9
N.º de dias perdidos	923
Índice de Frequência (número de acidentes de trabalho por milhão de horas-homem trabalhadas)	20,14
Índice de Gravidade (número de dias perdidos por mil horas-homem trabalhadas)	0,46
Índice de Incidência (número de acidentes de trabalho por mil trabalhadores, em média)	69,82

Tabela 26: Total de acidentes de trabalho por tipo de ausência, dias perdidos e índices aplicáveis em 2023

Relativamente aos perigos que apresentam risco de acidentes de trabalho com consequência grave, não foi possível apurar a informação relativa aos principais perigos identificados, a identificação dos perigos que contribuíram para acidentes de trabalho e as medidas tomadas para os minimizar.

Doenças profissionais (403-10)

A Tabela 27 apresenta os dados sobre as doenças profissionais.

Descrição	Total	
Empregados	N.º de óbitos resultantes de doenças profissionais	0
	N.º de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória	0
	Principais tipos de doenças profissionais	Informação indisponível
Trabalhadores que não são empregados	N.º de óbitos resultantes de doenças profissionais	Não aplicável
	N.º de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória	Não aplicável
	Principais tipos de doenças profissionais	Não aplicável

Tabela 27: Indicadores sobre doenças profissionais

Relativamente aos perigos que apresentam risco de doenças profissionais, não foi possível apurar a informação relativa aos principais perigos identificados, a identificação dos perigos que contribuíram para doenças profissionais e as medidas tomadas para as minimizar.

GRI 404: Capacitação e Educação

Média de horas de capacitação por ano, por trabalhador (404-1)

Apresenta-se, na Tabela 28, a média de horas de capacitação realizada pelos trabalhadores da SCMP durante 2023, discriminada pelo sexo e pela categoria profissional.

Descrição	Média de horas
Capacitação realizada pelos trabalhadores (N.º total de horas / N.º total de empregados)	13,2
Capacitação por mulheres (N.º total de horas oferecidas a trabalhadores do sexo feminino / N.º total de trabalhadores do sexo feminino)	13,9
Capacitação por homens (N.º total de horas oferecidas a trabalhadores do sexo masculino / N.º total de trabalhadores do sexo masculino)	10,8
Capacitação por categoria* - Administrativo	23,8
Capacitação por categoria - Chefia	61,8
Capacitação por categoria - Dirigente	26,4
Capacitação por categoria - Docente	0,9
Capacitação por categoria - Enfermeiro	14,6
Capacitação por categoria - Operário	1,4
Capacitação por categoria - Pessoal de Apoio	6,9
Capacitação por categoria - Pessoal Médico	27,0
Capacitação por categoria - Pessoal Técnico	10,9
Capacitação por categoria - Técnico Diagnóstico e Terapêutica	16,1
Capacitação por categoria - Técnico Superior	19,1
Capacitação por categoria - Técnico Superior de Saúde	27,9

*Nota: Calculada através da divisão entre o número total de horas de capacitação oferecida a cada categoria profissional e o número total de trabalhadores na categoria profissional.

Tabela 28: Média de horas de capacitação para os trabalhadores, discriminada por sexo e por categoria profissional

Programas para o aperfeiçoamento de competências dos trabalhadores e de assistência para transição de carreira (404-2)

Na SCMP existem programas implementados para aperfeiçoar as competências dos seus trabalhadores, nomeadamente:

- Formação de Qualificação Interna;
- Formação de Qualificação Externa;
- Formação de Aperfeiçoamento;
- Formação Avançada de Especialização.

Estes programas de formação são disponibilizados de modo a que os trabalhadores possam frequentá-los em horário laboral, para além de também serem disponibilizados apoios financeiros para a dita frequência.

A atribuição do Estatuto Trabalhador Estudante é outra forma de promover a aquisição e aperfeiçoamento de competências, tendo usufruído deste estatuto 28 trabalhadores.

Ao nível de programas oferecidos de assistência para transição de carreira, existe o planeamento de pré-apo-

sentadoria para quem se pretende aposentar ou rescindir o contrato de trabalho. Usufruíram desta medida 8 trabalhadores.

Percentual de trabalhadores que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira (404-3)

O percentual do total de trabalhadores que recebeu avaliação de desempenho em 2023 foi de 85%: 24% correspondem a trabalhadores do sexo masculino e 76% do sexo feminino. Os restantes 15% correspondem à gestão de topo, direções/coordenações dos SPeC e Administradores, bem como todos os trabalhadores que não perfizeram 6 meses de trabalho efetivo no decorrer do ano.

Na Figura 8 apresenta-se a distribuição do total de trabalhadores que recebeu avaliação regular de desempenho, pelo tipo de categoria profissional.

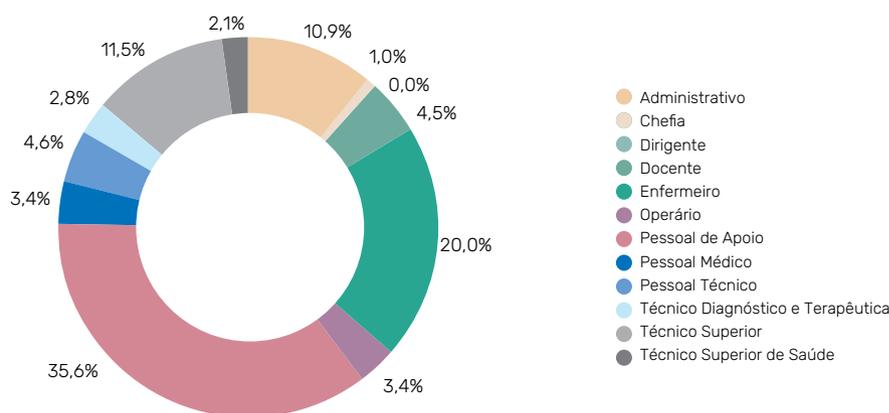


Figura 8: Distribuição percentual da avaliação de desempenho regular recebida, por categoria profissional

GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Diversidade em órgãos de governança e colaboradores (405-1)

O percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da SCMP é de 4,01%. Apresenta-se, na seguinte figura, a respetiva distribuição por sexo e por faixa etária.

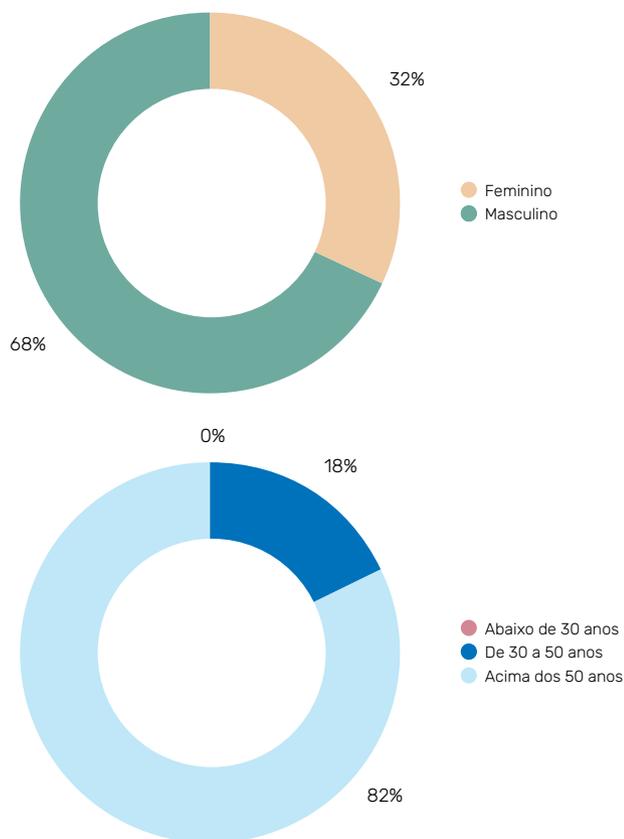


Figura 9: Distribuição percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança por sexo e por categoria profissional

No que diz respeito ao percentual de novos trabalhadores por categoria profissional, a Tabela 29 apresenta a sua distribuição por sexo e por faixa etária.



Categoria profissional	Sexo (%)		Faixa etária (%)		
	Feminino	Masculino	< 30 anos	30 ≤ x ≤ 50 anos	> 50 anos
Administrativo	0,9	0,9	0	1,8	0
Chefia	0	0	0	0	0
Dirigente	0	0	0	0	0
Docente	3,4	0	2,6	0,9	0
Enfermeiro	29,3	4,3	25,4	8,8	0
Operário	0	0	0	0	0
Pessoal de Apoio	33,6	5,2	0	29,8	9,6
Pessoal Médico	1,7	0,9	0,9	1,8	0
Pessoal Técnico	0	0	0	0	0
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	2,6	0,9	0,9	2,6	0
Técnico Superior	12,9	1,7	7,0	7,0	0,9
Técnico Superior de Saúde	0	0	0	0	0

Tabela 29: Distribuição de novos trabalhadores por sexo e por faixa etária

Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e pelos homens (405-2)

Apresenta-se na Tabela 30 a proporção entre o salário-base (valores da tabela salarial do atual Contrato Coletivo entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Federação Nacional da Educação e outros) e a remuneração recebidos pelos trabalhadores do sexo feminino e pelos do sexo masculino, para cada categoria profissional.

Descrição	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Administrativo	1,66	1,79
Chefia	1,11	1,05
Dirigente	1,06	3,34
Docente	1,79	2,14
Enfermeiro	2,43	2,85
Operário	1,25	1,55
Pessoal de Apoio	1,30	1,39
Pessoal Médico	6,18	7,90
Pessoal Técnico	1,43	1,45
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	2,17	2,57
Técnico Superior	1,90	2,41
Técnico Superior de Saúde	1,89	5,06

Tabela 30: Proporção entre o salário-base e a remuneração, por sexo, para cada categoria profissional

GRI 406: Não Discriminação

Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas (406-1)

Durante 2023 existiu um caso de discriminação. Após participação do trabalhador visado, a SCMP procedeu à instauração de um processo disciplinar ao trabalhador que

praticou atos que configuram discriminação racial relativamente a outro trabalhador, o que teve como consequência a aplicação de uma sanção disciplinar. O trabalhador autor do ato discriminatório, acessoriamente realizou um pedido de desculpas ao trabalhador visado.

GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva

Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco (407-1)

A SCMP cumpre a lei relativamente à dispensa do número de horas mensais (5h) para os trabalhadores que são delegados sindicais cumprirem a sua função, pelo que todos os trabalhadores têm direito à liberdade sindical.

Não se verificaram operações nem fornecedores em que o direito dos trabalhadores de exercer liberdade sindical ou negociação coletiva foi violado ou existiu risco significativo de violação.

GRI 408: Trabalho Infantil

Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil (408-1)

A SCMP tem como política a contratação de trabalhadores com 18 ou mais anos de idade, pelo que não celebra contra-

tos com menores, nem mesmo com aqueles cuja idade seja permitida legalmente.

Não se verificaram operações nem fornecedores que podem apresentar riscos significativos de trabalho infantil e de trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso.

GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo

Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo (409-1)

A SCMP cumpre a legislação laboral e respeita direitos humanos dos trabalhadores, pelo que repudia todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Não se verificaram operações nem fornecedores que pudessem apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

GRI 410: Práticas de Segurança

Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos (410-1)

No que respeita aos trabalhadores da SCMP que executam funções de segurança, o percentual dos mesmos que recebeu capacitação formal nas políticas ou nos procedimentos específicos da SCMP em direitos humanos foi de 58,3%.

Quanto ao restante pessoal de segurança, as suas funções são asseguradas pela empresa contratada pela SCMP para o efeito. Neste sentido, não foi possível apurar o percentual de pessoal de segurança que recebeu capacitação formal nas políticas ou nos procedimentos específicos da SCMP em direitos humanos, bem como se esse requisito se aplica.

GRI 411: Direitos de Povos Indígenas

Casos de violação de direitos de povos indígenas (411-1)

Não aplicável – Não existem povos indígenas que residam nas proximidades das operações da SCMP ou que tenham interesse nas mesmas.

GRI 413: Comunidades Locais

Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local

(413-1)

Não existe informação compilada que permita calcular o percentual de operações onde foram implementadas operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local. No entanto, é possível identificar as principais operações onde se verificaram.

Ao nível das avaliações de impacto ambiental, destaca-se que uma das medidas implementadas para evitar a produção de resíduos, nomeadamente, a distribuição de copos reutilizáveis nos SPeC, teve uma adesão muito entusiasta e

positiva por parte de todos os seus trabalhadores, visto que, entre o dia 1 de abril e 31 de agosto, 45,33% (3.811 bebidas) do serviço total foi realizado através da opção “sem copo”. A SCMP acredita que este é o caminho certo para minimizar a produção de resíduos provenientes do fornecimento de bebidas da máquina de venda automática, pelo que foi proposto um ligeiro aumento do preço do serviço através da opção “com copo”, por forma a encorajar o uso do copo próprio, e, assim, aumentar o rácio anteriormente apresentado.

No que respeita aos programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais, bem como aos planos de envolvimento de partes interessadas baseados no mapeamento das mesmas, apresenta-se na Tabela 31 os indicadores apurados.



Descrição	Total
Desenvolvimento de atividades de promoção cultural e divulgação da história da SCMP dentro e fora de portas, com visitas dos utentes do Centro de Dia São João de Deus e do CHCF	-
Desenvolvimento de programas multidisciplinares em escolas na área metropolitana do Porto sobre o tema do Holocausto com a Exposição Last Folio	46
Acordo com a Diocese do Porto para receção de peregrinos, durante a semana das Pré-Jornadas na cidade, no âmbito da Jornada Mundial da Juventude	1
Disponibilização do serviço de restauro que permite a preservação do património cultural	-
Ações de formação com cariz divulgativo de ações de conservação do património	3 ações, para um total de 39 participantes
Participação na recolha de alimentos para o programa Banco Alimentar contra a fome e recolha de Alimentos e rações para Animais	1
Programa Humaniza	1153 acompanhamentos
Protocolos teleassistência – Chave de Afetos	1487 acompanhamentos
Projeto Intervenção Artística	-
Projeto Curso de Português para Imigrantes	-
Projeto Lara	-
Projeto Consórcio Social para a Inclusão	-
Projeto Liga para a Inclusão	-
Complexo Habitacional, com valores do arrendamento inferiores aos do mercado	-
Disponibilização de atividades de culto e culturais à comunidade interna e externa, nomeadamente, apoio espiritual	-
Projeto Horta à Porta	-
Terapia assistida com animais	48 sessões

Programas de desenvolvimento local

Descrição	Total
Disponibilização gratuita de jardins para uso pela comunidade	-
Disponibilização gratuita da documentação histórica, para consulta presencial direta e/ou através da sua disponibilização em suporte digital	-
Disponibilização online do Inventário do Arquivo Histórico da SCMP	-
Cedência a entidades da comunidade de espaços (interiores e exteriores) para realização de eventos	-
Convites efetuados a instituições externas - Prision Yoga Projet, Federação Portuguesa de Rugby, Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Porto e Associação de Estudantes do ISCAP - para a realização de atividades com reclusas	3 atividades
"Caminhada pela Inclusão", com a participação de utentes do CIAD, cujo percurso foi testado por pessoas com diversos tipos de dificuldades, de modo a ser o mais acessível possível para que toda a comunidade pudesse participar	1
Projeto Pedalar sem idade	-
Projeto O Porto é Lindo!	-
Projeto "Elo"	-
Atividades na comunidade com utentes	6 com utentes do CBNS; 189 saídas, contando com 54 participantes das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas
Formação em compostagem caseira, agricultura biológica e em dúvidas agrícolas	3 ações, com um total de 30 formandos em cada
Exposição "Leges Artis: o gesto clínico pelo olhar da arte", que contou com 29 trabalhos de pintura de alunos do Mestrado em Artes Plásticas da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto exposto no HP	-
Programa Reabilitação Psicossocial – Transição para a Vida Ativa	Aplicado 6 vezes, contando com 438 sessões

Tabela 31: Compilação dos programas de desenvolvimento local e dos planos de envolvimento das partes interessadas

Ainda no que respeita a planos de envolvimento de partes interessadas, é de salientar a atividade prestada junto das reclusas. Embora as valências existentes sejam fixadas por lei e pelo protocolo em vigor, detalham-se na Tabela 32 alguns indicadores da atividade prestada.

Indicador	Valor
Percentual de reclusas que concluíram os Programas de Terapia Ocupacional, no total de reclusas selecionadas	76%
N.º de reclusas avaliadas/entrevistadas para integrar o programa de intervenção técnica	160
N.º de ações de educação permanente em saúde realizadas	9
Percentual de concretização das ações agendadas no Plano de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença	100%
N.º de grupos terapêuticos efetuados no âmbito do programa de prevenção de recaída - Álcool	1
Proporção de utentes com consumos de drogas ilícitas há menos de um ano, inseridas no programa de controlo de consumos de drogas ilícitas	100%
N.º de grupos terapêuticos efetuados no âmbito do programa de prevenção de recaída - drogas ilícitas	1
Proporção de utentes com patologia infecciosa em seguimento por infeciologia no Serviço Nacional de Saúde	100%
Proporção de utentes com HIV sob terapêutica dirigida em curso	94%
Proporção de utentes que têm a vacina antitetânica atualizada	99%
Proporção de utentes admitidas no ano em apreço com inquérito de sintomas da tuberculose	100%
Proporção de utentes hipertensos presentes a 31/12 com 2 consultas médicas de vigilância cardiovascular no ano em apreço (%)	100%
Proporção de diabéticos com acompanhamento adequado (%)	94%
Percentagem de mulheres entre os 25 e 60 anos com colpocitologia atualizada (1 nos últimos 3 anos)	75%
Percentagem de mulheres entre os 50 e 69 anos com registo de mamografia nos últimos dois anos	53%
Taxa de utilização de consultas médicas ou de enfermagem em planeamento familiar	58%
Índice de acompanhamento adequado em saúde materna e revisão do puerpério	100%
Proporção de crianças com consultas médicas de vigilância de saúde infantil conforme definido no Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil	100%
Proporção de utentes internadas com planificação de cuidados e registos de intervenções	100%
Proporção de utentes em internamento de média/longa duração com Programa Terapêutico Personalizado (desde que reúna condição clínica)	100%

Tabela 32: Indicadores de atividade no EPSCB-F

Tendo em consideração conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança no trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos, é de destacar que no âmbito da Rede Social do Porto, foram realizadas 13 reuniões. Adicionalmente, no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e, por conseguinte, a constituição do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto (NPISA Porto), foram realizadas 13 reuniões com o Núcleo Executivo e 4 com o NPISA (Plenário).

Por fim, é de referir que não se registaram avaliações de impacto social, inclusive avaliações de impacto de género, com base em processos participativos, nem processos formais de queixas por parte de comunidades locais.

Operações com impactos negativos significativos - reais e potenciais - nas comunidades locais (413-2)

A cedência das hortas comunitárias, inseridas no Projeto Horta à Porta e localizadas na freguesia de Paranhos, poderá potenciar impactos negativos na comunidade local, uma vez que sendo detetados metais pesados nos solos ou produtos químicos como, por exemplo, pesticidas e adubos químicos, as pessoas beneficiárias não poderão cultivar ficando, por isso, sem produzir os seus alimentos biológicos.

Não foram registados impactos negativos significativos reais nas comunidades locais.

GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores

Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais (414-1)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais, visto que não é tido como principal critério.

Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas (414-2)

Na Tabela 33 apresentam-se os dados referentes à análise dos fornecedores no que respeita a impactos sociais negativos.

Indicador	Valor
N.º de fornecedores avaliados em relação aos impactos sociais	0
N.º de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos reais e potenciais	0
Impactos sociais negativos significativos (reais e potenciais) identificados na cadeia de fornecedores	Não identificados
Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos (reais e potenciais), com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada	0%
Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos significativos (reais e potenciais), com os quais a organização encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento	0%

Tabela 33: Análise dos fornecedores quanto a impactos sociais negativos

GRI 415: Políticas Públicas

Contribuições políticas

(415-1)

O valor total monetário de contribuições políticas, financeiras ou de outra natureza, feitas direta e indiretamente pela SCMP foi de 0 €.

GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor

Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços

(416-1)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o percentual de categorias significativas de produtos e serviços para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança em prol de melhorias.

Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços

(416-2)

Informação indisponível – Não foi possível apurar o número total de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços durante 2023.

GRI 417: Marketing e Rotulagem

Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

(417-1)

Não foram identificados procedimentos relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços que contenham exigências ao nível de origem de componentes do produto ou serviço; conteúdo, particularmente de substâncias que possam causar impacto ambiental ou social; uso seguro do produto ou serviço; disposição do produto e impactos ambientais ou sociais; entre outras informações. Por este motivo, não foi possível apurar o percentual de categorias significativas de produtos ou serviços abrangidas por estes procedimentos e o das que foram avaliadas quanto à conformidade com esses procedimentos.

No entanto, está disponibilizado o manual de normas para utilização das marcas e submarcas da SCMP, excluindo o HP, que deve ser seguido nas comunicações internas, externas e por terceiros.

Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços

(417-2)

Não foram identificados casos de não conformidades com leis e/ou códigos voluntários em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços.

Casos de não conformidade relacionados com a comunicação de marketing

(417-3)

Não foram identificados casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a comunicação de marketing.

GRI 418: Privacidade do Cliente

Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes

(418-1)

Não se registaram queixas relativas a violação da privacidade do cliente recebidas de partes externas e comprovadas pela SCMP, bem como de agências reguladoras.

De igual modo, não se verificaram fugas, furtos ou perdas de dados de clientes.

Conclusão

Renovando o seu compromisso com a transparência, em conformidade com as normas de reporte GRI, este documento consolida o trabalho realizado pela SCMP nas três dimensões de sustentabilidade, nomeadamente, económica, social e ambiental, proporcionando às suas partes interessadas uma melhor compreensão da sua evolução, desempenho, dificuldades e impacto em 2023.

O presente relatório também potencia um momento de reflexão, permitindo consciencializar e promover o alinhamento da atividade para o cumprimento dos objetivos definidos, no âmbito da estratégia de sustentabilidade.

Estando certa das necessidades dos seus clientes, a Instituição continuará a trabalhar para o cumprimento da sua missão, colaborando com as suas partes interessadas, como agente ativo para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas e os do Pacto do Porto para o Clima, cuja subscrição da SCMP para o mesmo ocorreu em 2022.

Coordenação

Gabinete de Marketing e Comunicação
comunicar@scmp.pt

Revisão

Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação

Design Gráfico

Gabinete de Marketing e Comunicação by B+ comunicação

Fotografia

Gabinete de Marketing e Comunicação by Easyphoto

2024



Rua Joaquim de Vasconcelos, 79
4050-311 Porto

T +351 220 924 422
scmp@scmp.pt
www.scmp.pt

